BUNGE

EDIÇÃO 2016 BRASIL RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Nosso compromisso: eliminar o desflorestamento

Gerenciamos os impactos em toda a nossa cadeia de valor

Em nossos relacionamentos com produtores rurais e parceiros comerciais de todo o Brasil, dispomos de controles para assegurar a produção sustentável e a segurança alimentar.

+ **NO CAMPO**
Agricultura sustentável

+ **NA PRODUÇÃO**
Eficiência operacional

+ **NA MESA**
Responsabilidade pelo produto

DESTAQUES DA BUNGE BRASIL

ISTO É BUNGE BRASIL

Em 2015, recebemos 32 premiações em reconhecimento à qualidade de nossos produtos e de nossa gestão nas áreas econômica, ambiental e social.

110 ANOS

Completamos 110 anos de Brasil com

15.678 funcionários.

460 MIL HORAS

Em 2015, registramos mais de 460 mil horas de treinamento, com média de 29 horas por colaborador.

SEGURANÇA

A segurança dos colaboradores está em primeiro lugar, à frente do lucro e da produção.

PROMOÇÃO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL | INTERAÇÕES COM A BIODIVERSIDADE | MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DESTAQUES DA AGRICULTURA

ISTO É AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Novo compromisso: eliminar o desflorestamento das cadeias de fornecimento agrícola.

8,5 MIL

Em 2015, mais de 8.500 produtores fizeram parte de nossa cadeia de fornecimento direto.

23 MILHÕES

Originação de mais de 23 milhões de toneladas de grãos.

BIODIVERSIDADE

Em 2015, a Bunge manteve sua adesão à Moratória da Soja e a todas as determinações de embargo do Ibama.

GESTÃO DE ÁGUA | ENERGIAS RENOVÁVEIS | RESÍDUOS | INVESTIMENTO AMBIENTAL

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

ISTO É EFICIÊNCIA OPERACIONAL

A Bunge possui metas para reduzir o consumo de água e energia, a destinação insustentável de resíduos e a emissão de gases de efeito estufa.

CO_2

Nossas emissões de gases de efeito estufa (GEE) caíram 7,87%.

13%

Foi a taxa de redução de geração de resíduos industriais. E ampliamos de 85% para 93% a destinação sustentável de resíduos industriais.

81%

Foi a taxa de redução obtida pela unidade industrial de Araçatuba (SP) na captação de água do ribeirão Baguaçu, principal recurso hídrico da cidade, por meio da implantação de um regime fechado de circulação de água.

GESTÃO DE PRODUTOS | SEGURANÇA DE ALIMENTOS E SAÚDE DO CONSUMIDOR | SAUDABILIDADE | CONFORMIDADE | COMPROMISSOS PÓS-CONSUMO

RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

ISTO É RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

Em 2015, 81% dos alimentos e ingredientes da Bunge foram produzidos sob a certificação FSSC 22000, uma das mais relevantes para a garantia da segurança dos alimentos em nível global.

2015

Por meio de suas associações de classe, a Bunge faz parte do acordo setorial para aprimorar a coleta seletiva e reciclagem de embalagens no Brasil, assinado em 2015.

Em 2015, a Bunge não apresentou casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a impactos causados por produtos e serviços sobre a saúde e segurança dos consumidores, durante a vida útil de nossos produtos.

800 toneladas

De óleo de cozinha usado foram recolhidas em 2.188 pontos de coleta do programa Soya Recicla em 2015, em 40 cidades brasileiras.

Mensagem do Presidente

RAUL PADILLA

CEO Bunge Brasil

Em um momento tão delicado da vida nacional, reafirmamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável do País, contribuindo para o crescimento do agronegócio, gerando empregos, renda e divisas, por meio da oferta de alimentos e energia, e cuidando das comunidades onde estamos inseridos.

Em 2015, comemoramos 110 anos de atividades no Brasil. Atingir esta importante marca só foi possível graças ao apoio e compromisso de nossos colaboradores. Em 2015, celebramos também os 60 anos da Fundação Bunge e recebemos mais de 30 prêmios e reconhecimentos por nossa atuação. Entre esses reconhecimentos, destacamos o prêmio de Empresa do Ano do Guia Exame de Sustentabilidade 2015, que é a maior e mais respeitada premiação da área no Brasil. Além disso, o Guia Exame reconheceu a Bunge, pelo sétimo ano consecutivo, como a empresa mais sustentável do agronegócio. E também fomos apontados pela revista Você S/A como uma das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar.

O ano foi marcado também pela aquisição do Moinho Pacífico, em Santos (SP), reforçando nossa estratégia de crescimento no mercado de farinhas de trigo e pré-misturas para os mercados industrial, doméstico e de panificação. Hoje, a Bunge é a maior produtora de farinha de trigo do Brasil e a aquisição do Pacífico amplia nossa presença na região Sudeste, principalmente em São Paulo, que é o maior mercado do país.

Em 2016, temos ainda mais motivos para celebrar. O programa Soya Recicla, que possui a maior rede de entrega voluntária de óleo de cozinha usado do país, completa 10 anos. Focado na destinação correta de resíduos pós-consumo, o programa conta com mais de dois mil pontos de coleta e já recolheu mais de três mil toneladas de óleo de cozinha usado nesses 10 anos de existência.

Demos, também, mais um importante passo na promoção da agricultura sustentável, ao lançarmos nossa Política Global de Não Desflorestamento. Trata-se de um compromisso voluntário, independentemente de quaisquer acordos ou motivações externas, que reforça o trabalho já realizado e fortalece a conexão entre os objetivos dos nossos negócios e a responsabilidade socioambiental.

Nosso objetivo é incentivar a eficiência na produção de alimentos em áreas já abertas, de forma a eliminar o desflorestamento de nossas cadeias de suprimentos agrícolas ao redor do mundo, empregando metodologias comprovadas que evitem emissões de carbono e protejam a biodiversidade.

Nesse mesmo sentido, registramos bons resultados na parceria firmada no fim de 2012, com a organização não governamental *The Nature Conservancy* (TNC), para sensibilizar produtores especialmente no Pará, Mato Grosso e Oeste da Bahia. No corredor da BR-163, por exemplo, mapeamos as externalidades da região de influência do nosso terminal de transbordo em Miritituba (PA), criamos e lançamos sistemas de planejamento e monitoramento para apoiar a governança dos municípios no controle do desflorestamento; realizamos oficinas para fomento à regularização das propriedades rurais junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), na região do Rio Tapajós; e assinamos o Pacto pela Regularização Ambiental e Produção Sustentável do município de Trairão (PA).

No Mato Grosso, o projeto realizou a capacitação de técnicos ambientais de prefeituras da região para inserção de dados do CAR e identificou as áreas aptas para intensificação de cultivos. Já no Oeste da Bahia, mapeamos as propriedades rurais de importantes municípios onde operamos, concluímos o estudo sobre a disponibilidade hídrica na região e compartilhamos boas práticas agrícolas em workshop com agricultores parceiros. Com isso, acreditamos que todo o trabalho está contribuindo para que os produtores possam ir além da adequação às exigências do Código Florestal brasileiro.

Mas não podemos esquecer que temos à nossa frente um dos maiores desafios do mundo contemporâneo: garantir de forma sustentável a alimentação e o fornecimento de bioenergia a uma população em constante crescimento, no Brasil e no mundo. O País é considerado o celeiro do mundo e nossa responsabilidade é ajudar a fazer com que os alimentos estejam cada vez mais disponíveis e acessíveis. O desafio é grande, mas estamos seguros de que a sustentabilidade inserida nas estratégias dos nossos negócios é o melhor caminho para cumprirmos essa missão.

Nosso Relatório 2016

MARTUS TAVARES

Vice-presidente de Assuntos Corporativos

Apuração de dados e indicadores ambientais de todas as unidades da Bunge Brasil agora é realizada por um sistema único de gestão

O novo sistema (SGA) confere ainda mais agilidade, confiabilidade e eficiência ao Relatório de Sustentabilidade da Bunge, características de alta relevância para uma empresa que é referência em sustentabilidade no Brasil.

Esta é a 13ª edição de nosso Relatório de Sustentabilidade, documento que a Bunge Brasil publica anualmente desde 2003. Em 2005, começamos a aplicar as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e evoluímos até atingir o nível A+ da GRI/G3, por seis anos consecutivos. Fomos pioneiros nos setores de alimentos e de agronegócio ao adotarmos, em 2014, o primeiro relatório já no formato GRI/G4 em sua aplicação completa, chamada de "abrangente" (comprehensive). No ciclo atual, referente ao ano de 2015, mantemos a aplicação abrangente, junto com a publicação dos indicadores do suplemento setorial para Food Processing.

G4-32 G4-30

Considerando nossos 110 anos de presença no Brasil, caracterizados pelo compromisso com a sustentabilidade, inovação e transparência, a elaboração desse Relatório é um processo baseado em equilíbrio, inclusividade e materialidade. Por meio deste documento publicamos nossas ações e resultados conquistados ao longo de 2015, bem como os desafios e perspectivas para os próximos períodos, ainda que a Bunge Brasil seja uma sociedade anônima de capital fechado no país e, portanto, não obrigada a divulgar informações.

G4-30

No último ano, nossa estrutura organizacional não sofreu alterações significativas. Desta forma, a abrangência das informações e dados segue a mesma do reporte de 2014, incluindo a área corporativa e as três unidades de negócio da empresa. O Moinho Pacífico, adquirido no final de 2015, ainda não faz parte do escopo deste Relatório. Assim, optamos pela forma mais sustentável de divulgação do documento - a plataforma digital - como a única a ser disponibilizada ao público, evitando cópias impressas. Os relatórios digitais de sustentabilidade da Bunge Brasil (2008 a 2014) já registraram mais de 65 mil visualizações. A partir de 2015, o Relatório de Sustentabilidade da Bunge Brasil passou a ser publicado apenas na versão digital e foi acessado em mais de 60 países. Os resultados do ano são também divulgados por outras formas de comunicação interna e externa, assegurando a utilização dos dados do relatório pelos nossos públicos.

G4-17 G4-22 G4-23 G4-28 G4-29

O grande avanço na elaboração do Relatório deste ano é a implantação do Sistema Online de Gestão Ambiental, o SGA, em todas as nossas plantas industriais, nas três áreas de negócio, totalizando 26 unidades participantes. O SGA é um sistema que coordena a coleta, a análise e a consolidação dos indicadores ambientais da empresa, facilitando o acompanhamento e gerenciamento do desempenho no que diz respeito ao meio ambiente da Bunge, em tempo real. Para se ter uma ideia da dimensão desse sistema, o volume de dados inseridos no SGA mensalmente ultrapassa 1.700 e, durante todo o ano de 2015 superou a marca de 21.200 dados. São 36 pessoas envolvidas diretamente na utilização do sistema, o que representa, em média, um funcionário por unidade, um supervisor por negócio, além de toda a equipe da área de Sustentabilidade compilando os dados reportados para publicação no Relatório.

O SGA contempla oito indicadores gerais (incluindo "consumo de água", "energia" e "resíduos sólidos", por exemplo), e 68 indicadores específicos ou subdivisões que contribuem para o detalhamento da informação reportada. Por exemplo, o indicador "consumo de água" está subdividido em 5 indicadores específicos: Água adicionada no produto, Água de Chuva, Concessionária de Abastecimento, Subterrânea (Poços) e Superficial (Rios e Lagos). Apenas para o indicador "energia", o sistema possui 13 indicadores específicos.

Além de contribuir definitivamente para a centralização e a padronização de todos os indicadores ambientais da empresa, a implantação deste novo sistema nos permite manter um histórico dos dados reportados anteriormente para fins de comparação, gerar relatórios segmentados por diferentes níveis de interesse (seja por unidade ou área de negócio, por exemplo) e ainda estabelecer a relação entre os indicadores, conferindo controle e gerenciamento sobre informações de alta relevância para uma empresa que é referência em sustentabilidade no Brasil. Com o SGA temos informações claras e diretas sobre perdas e ganhos de eficiência, além de conteúdo suficiente para subsidiar ações de melhoria nos nossos processos produtivos.

É importante ressaltar ainda que, entre 2008 e 2013, adotamos padrões de verificação externa do Relatório de Sustentabilidade. Até então, essa checagem era realizada com o objetivo de comprovar a aplicação do nível A+ da GRI em nossas publicações. Com a migração para a versão G4, e por não haver mudança em nossa gestão, optamos por não realizar a verificação externa até que tal análise seja definida como de alta materialidade.

G4-33

Ademais, revisamos a nossa Matriz de Materialidade para 2015, por meio de ações de engajamento e de consulta aos nossos principais stakeholders. Os aspectos mais relevantes mantiveram-se os mesmos, com a atualização pontual de um tema prioritário para a Bunge: Saúde e Segurança de seus funcionários. Em função disso, ampliamos o grau de importância deste tema na nossa Matriz de Materialidade, onde relacionamos os aspectos mais relevantes de nossa atuação com os de maior interesse de nossos públicos. Você pode encontrar mais informações a respeito desse tema no capítulo Engajamento de nossos públicos. O processo de construção da Matriz de Materialidade segue as seguintes etapas:

G4-18

Identificação

- Matriz de materialidade de 2014
- Benchmarking com outras empresas do setor
- Análise da mídia e notícias do setor em 2015
- Pesquisa contínua com stakeholders, via website
- www.bunge.com.br/sustentabilidade
- Pesquisa direcionada aos diversos grupos de stakeholders em 2015/2016
- Publicação da GRI: Sustainability Topics for Sectors

Priorização

A priorização dos aspectos materiais foi realizada em consulta contínua aos stakeholders, que balizaram a Matriz de Materialidade da Bunge Brasil por meio das seguintes ferramentas:

- Pesquisa contínua: realizada ao longo de 2015 pelo site da Bunge Brasil.
- Pesquisa focada: realizada entre o fim de 2015 e início de 2016, enviada de forma personalizada a relevantes stakeholders da cadeia de valor, incentivando-os à discussão. Nessa fase, coletamos 116 respostas.
- Pesquisa interna: em paralelo à pesquisa focada, solicitamos que os funcionários apresentassem seus pontos de vista em relação à sustentabilidade e apontassem formas de interação interna e principais pontos de desenvolvimento futuro. Recebemos 175 respostas.

Validação

A conclusão foi de que a matriz continua válida para o exercício de 2015, devido à sua sólida elaboração durante os anos anteriores, maturidade dos temas e relevância atualizada aos negócios, nos quais a empresa atuou no período. A matriz de materialidade foi, então, validada pela Vice-Presidência de Assuntos Corporativos, cujo representante integra o mais alto corpo de governança da Bunge, o Comitê Executivo (COE).

Com base na Matriz, foram identificados os indicadores relatados neste Relatório.

Bunge completa 110 anos de Brasil

A Bunge Brasil é uma subsidiária da empresa norte-americana Bunge Limited, fundada em 1818 e com sede em White Plains (EUA). Com ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque, a empresa é destaque global em agronegócio e alimentos, e conta com cerca de 35 mil funcionários em mais de 40 países.

G4-3 G4-7

Alinhada à controladora, a Bunge Brasil ocupa posição de destaque em todos os seus segmentos de atuação. Estamos entre as maiores empresas de agronegócio, alimentos e bioenergia do país, e somos a maior exportadora do agronegócio brasileiro. Em 2015, quando a Bunge completou 110 anos de operações no Brasil, a empresa recebeu mais de 30 reconhecimentos, entre eles o prêmio de Empresa do Ano no Guia Exame de Sustentabilidade e o selo de uma das Melhores Empresas para Você Trabalhar, da Revista Você S/A.

Comercializamos cerca de 20 milhões de toneladas de produtos agrícolas e estamos presentes em 80% dos lares brasileiros.

Do campo à mesa, a Bunge Brasil atua em toda a cadeia produtiva por meio de suas três áreas de negócios: Agronegócio, Alimentos & Ingredientes e Açúcar & Bioenergia. São mais de 100 instalações, entre fábricas, usinas, moinhos, portos, centros de distribuição e silos, em 17 estados, além do Distrito Federal, nas cinco regiões brasileiras.

Desenvolvemos as seguintes atividades:

G4-6

- Originação, transporte, armazenagem e comercialização de grãos e oleaginosas para clientes em todo o mundo.
- Processamento de oleaginosas destinadas à produção de farelos para nutrição animal e óleo para a indústria de alimentos, de *food service* (setor de alimentação fora do lar) e de biocombustíveis.
- Produção de óleos, margarinas, maionese, azeite, molhos, atomatados e outros produtos alimentícios para consumidores e indústrias.
- Moagem de trigo e produção de farinhas e misturas para consumidores, indústria de alimentos, padarias e outros clientes.
- Cultivo e processamento de cana-de-açúcar para a produção de açúcar, etanol e bioeletricidade.

G4-8

110 anos de Bunge Brasil

Clique nas setas para visualizar os marcos de nossa trajetória

1905

A Bunge chega ao Brasil associando-se à S.A. Moinho Santista

1923

A Bunge adquire a Cavalcanti & Cia, que depois viraria a Sanbra.

1929

Nosso primeiro embarque de exportação, uma carga de algodão para a Europa.

1934

Foi lançado o óleo Salada, primeiro óleo vegetal comestível fabricado no País.

1955

Criação da Fundação Moinho Santista, hoje Fundação Bunge.

Nossos produtos estão presentes em cerca de 80% dos lares brasileiros, alcançando mais de 46 milhões de famílias, segundo dados de 2013. Os consumidores reconhecem e identificam-se com nossas marcas: Delícia, Soya, Primor, Salada e Salsaretti. No segmento de ingredientes para a indústria alimentícia, nossos produtos das marcas Ricca, Pré Mescla, Suprema, Gradina e Cukin são reconhecidos como de alta qualidade e desempenho.

G4-4

Esse resultado expressa o nosso compromisso com a segurança alimentar e a saúde dos consumidores. Acima de tudo, acreditamos no princípio da precaução, no qual a ausência de evidências científicas não deve ser pretexto para que a empresa se desobrigue de proteger o meio ambiente e a saúde humana. Esse princípio é observado desde o desenvolvimento dos produtos até a sua fabricação e distribuição. Por isso, antes de adotarmos novas tecnologias ou ingredientes, avaliamos sistematicamente os riscos e o potencial impacto sobre o meio ambiente e a saúde humana.

G4-14

Estamos presentes em 17 estados brasileiros e no DF, com mais de 100 instalações, entre fábricas, usinas, moinhos, portos, centros de distribuição e silos.

Desempenho econômico

Ao fim de 2015, a Bunge contava com 15.678 colaboradores, incluindo os profissionais temporários, contratados de forma direta. No período, a receita bruta foi de R$ 39,7 bilhões, 1% a menos que no ano anterior. Os ativos no Brasil representaram 38% dos ativos globais da empresa, o que demonstra a importância das operações no país.

G4-9

DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO - 2015 G4-EC1	CONSOLIDADO (EM MIL R$)	%
Pessoal	1.495.457	30%
Impostos	772.426	15%
Remuneração ao capital de terceiros	1.158.650	23%
Lucro	1.573.558	31%

Somos autossuficientes em energia elétrica

Com a produção de bioeletricidade a partir do bagaço da cana-de-açúcar, nossas usinas produzem o equivalente a 100% da energia elétrica que toda a empresa consome.

+ NO CAMPO Agricultura sustentável
+ NA PRODUÇÃO Eficiência operacional
+ NA MESA Responsabilidade pelo produto

BUNGE BRASIL | ÁREAS DE NEGÓCIO | GOVERNANÇA CORPORATIVA | GESTÃO DE PESSOAS | ENGAJAMENTO DE NOSSOS PÚBLICOS

HOME > PERFIL > ÁREAS DE NEGÓCIO

Conheça nossos segmentos de atuação

Agronegócio, Alimentos & Ingredientes e Açúcar & Bioenergia são as três áreas de atuação da Bunge no Brasil. Não houve qualquer mudança significativa no perfil organizacional no período relatado.

G4-13

+ Agronegócio

Com oito unidades de esmagamento de grãos, cinco terminais portuários e mais de 60 silos distribuídos pelo Brasil, a Bunge é líder em compra, processamento e comercialização de oleaginosas, como soja, milho e caroço de algodão. Em 2015, mais de 8.500 produtores fizeram parte de nossa cadeia de fornecimento. .

Como resultado dessa parceria, a empresa adquire anualmente mais de 23 milhões de toneladas de grãos, entre soja, milho e caroço de algodão. Parte desse volume é processado e destinado à produção de farelos e óleo vegetal bruto, que atende a clientes de diversos segmentos, como alimentação animal e *food service*, além da indústria de biocombustíveis. A outra parte é destinada à exportação para clientes asiáticos e europeus.

Toda a originação da empresa é feita de acordo com os compromissos públicos que assumimos, referentes ao combate ao desflorestamento e à promoção de melhores práticas socioambientais na agricultura.

Em 2015, a Bunge Limited, por meio da Diretoria Global de Sustentabilidade, publicou a Política Global de Não Desflorestamento. Esta política é aplicável às nossas operações em todo o mundo e a todas as commodities comercializadas e processadas pela empresa. O objetivo da iniciativa é eliminar o desflorestamento de nossas cadeias de suprimentos agrícolas ao redor do mundo, empregando metodologias comprovadas que evitem emissões de carbono e protejam a biodiversidade. Veja mais sobre esta política em Políticas e Gestão de Risco.

Outras políticas também são aplicáveis, destacando-se a Política de Sustentabilidade, de Relacionamento com Fornecedores, de Biodiversidade e Uso da Terra e a de Originação de Óleo de Palma.

Escola de Excelência

O profissionalismo da nossa equipe de compradores não é casual. Todos os profissionais que atuam na originação de grãos participam de um programa de formação chamado Escola de Negócios, que é um modelo para toda a Bunge. Com formato presencial modular, a Escola de Negócios permite que estes profissionais equalizem e aprofundem conhecimentos, além de facilitar a troca de experiências entre todos. Em 2015, ano em que o programa foi realizado pela quinta vez, participaram 330 funcionários de sete localidades do país.

Estrutura de mercado, mercado atual e futuro, planejamento comercial, negociação e cadeia de valor do agronegócio são alguns dos conhecimentos técnicos ou competências aprendidos pelo grupo.

Outro diferencial deste programa é que os professores são da própria Bunge, profissionais considerados referência em cada tema e preparados para serem multiplicadores internos.

Além de propiciar diferentes opções de comercialização de produtos, a Bunge tem uma enorme capacidade logística, alcançando com eficiência diversos pontos do território nacional e do exterior. Para isso, utilizamos diferentes modais de transporte, conectando fazendas, silos, transbordos, fábricas e portos, por rodovias, ferrovias e hidrovias. A logística é essencial para a Bunge, pois somos a maior exportadora do agronegócio brasileiro e a terceira maior exportadora do país.

Novo silo no Piauí

Focada na expansão em regiões estratégicas de produção, a Bunge inaugurou em 2015 o silo de Santa Filomena, no Piauí, com capacidade de armazenamento de 32 mil toneladas de soja. Além do crescimento da capacidade de armazenamento no estado – a companhia já mantém quatro silos na região e uma unidade de processamento de soja na cidade de Uruçuí –, o investimento proporciona uma logística mais vantajosa com relação à exportação do produto e intensifica a parceria da Bunge com os produtores locais. Com este empreendimento, a Bunge gerou dezenas de empregos diretos e indiretos na região.

Nossas operações em 2015 revelam números impressionantes, suportados pela estratégia de ampliar a eficiência das unidades e também a utilização dos modais ferroviários e hidroviários, diversificando a matriz logística brasileira, ainda muito dependente do transporte rodoviário.

Foram quase 30 mil caminhões em 602 mil viagens pelo território nacional. Por via férrea, movimentamos mais de 8,7 milhões de toneladas, em mais de 134 mil vagões de carga. Um outro modal importante foi o fluvial, com cerca de 58 viagens de comboios de barcaças, somando 2,3 milhões de toneladas transportadas. Nossos grãos carregaram aproximadamente 673 navios, levando os produtos brasileiros a diversos países do globo.

Potencializamos a operação do complexo portuário Miritituba-Barcarena, inaugurado em 2014. Trata-se de uma importante rota para escoamento dos grãos produzidos na região Centro-Oeste, até o Terminal Fronteira Norte (Terfron), localizado no município de Barcarena, no Pará. Parte importante da produção de grãos do Centro-Oeste, que antes era escoada pelos portos das regiões Sul e Sudeste, passa agora pela hidrovia Tapajós-Amazonas. Todo esse novo trajeto tem avaliação de impacto nas zonas de influência, em parceria realizada com a ONG internacional TNC (The Nature Conservancy), em um projeto iniciado em 2013 e com duração de cinco anos. A parceria visa, também, aprimorar as operações das propriedades que originam os grãos para o complexo, tornando-as mais eficientes do ponto de vista ambiental (veja capítulo de Agricultura Sustentável).

O empreendimento no novo complexo portuário gerou ganho socioeconômico e ambiental, com estímulo à prosperidade e ao desenvolvimento no Norte do país, desafogando o sistema logístico das regiões Sul e Sudeste, que há muito tempo estão operando acima da capacidade. Além de ser um dos terminais portuários mais modernos do Brasil, o Terfron compõe uma alternativa mais eficiente e sustentável, já que diminui substancialmente as distâncias percorridas para a exportação da soja e do milho da região Centro-Norte do Mato Grosso até os mercados consumidores no exterior.

Hoje estamos presentes também nos portos de Rio Grande, São Francisco do Sul, Paranaguá, Santos, Vitória, Salvador, São Luís e Itacoatiara, por meio dos quais o país realiza 96,5% das exportações de soja, milho, farelo e óleo de soja.

A Bunge opera uma fábrica de biodiesel no município de Nova Mutum (MT). A fábrica, que possui tecnologia de ponta e produção totalmente automatizada, tem a marca da sustentabilidade desde o produto em si – um combustível alternativo, que contribui para a redução de emissões – até a inclusão de agricultores familiares na cadeia produtiva, com a compra de matéria-prima por eles produzida. A unidade é certificada com o Selo Combustível Social, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, permitindo melhor desempenho na comercialização do produto, já que o selo dá acesso a leilões de negociação do biodiesel no mercado brasileiro. Também contribui para intensificar a integração e disseminação de boas práticas agrícolas entre pequenos produtores rurais.

Com o Selo Social para biocombustíveis, mais de 5.800 agricultores familiares fizeram parte da nossa cadeia de valor em 2015.

A agregação de valor na cadeia da soja é um fator importante no mercado de biodiesel, em que competidores internacionais, como Argentina e China, atuam em concorrência direta com o Brasil. Nosso país perdeu competitividade nas exportações de produtos de maior valor agregado e, ao longo dos anos, vem exportando cada vez mais grãos e menos produtos processados, como óleo e farelo. No caso da Bunge, além da agregação de valor, o biodiesel é importante porque amplia nossa participação na cadeia.

G4-13

A empresa foi a primeira no Brasil a obter a certificação *Biomass Biofuel Sustainability Voluntary Scheme* (2BSvs), para compra, armazenamento e comercialização de soja, conquistada após auditoria independente ter comprovado nossa conformidade com os critérios de sustentabilidade estabelecidos pela Diretiva Europeia 2009/28/EC.

Governança e Gestão de Riscos

A Bunge mantém mecanismos de governança corporativa para difundir a visão, a missão, os valores e as políticas para todos os seus colaboradores. Esses mecanismos são importantes porque orientam nossos processos e atitudes da forma estratégica, em direção ao crescimento sustentável dos negócios e às pais e à construção de relacionamentos éticos e transparentes com os nossos diversos públicos.

+ Estrutura de governança

G4-34 G4-35 G4-38

G4-35

- Política de Não-Desflorestamento
- Protocolo Verde de Grãos do Pará
- Certificação Sustentável de Soja
- Moratória da Soja
- Tendências em sustentabilidade que afetam relacionamentos nos negócios.

Principais temas relacionados a sustentabilidade tratados pelo CDS em 2015

G4-35

A estrutura de governança contempla também o CDE amplado, que agrega os executivos diretamente subordinados aos vice-presidentes. O CDE amplado reúne-se trimestralmente para debater resultados e temas de impacto nos negócios da empresa.

A gestão estratégica da sustentabilidade é atribuição da vice-presidência de Assuntos Corporativos, que conta com apoio técnico da área de Sustentabilidade. O VP de Assuntos Corporativos reporta-se diretamente ao CEO. Os temas relacionados a sustentabilidade tanto junto ao CDE quanto junto ao CDE amplado, e também pelo desenvolvimento e aprovação das políticas específicas relacionadas à sustentabilidade.

G4-36 G4-39 G4-40 G4-41 G4-42 G4-47

Os aspectos ambientais das operações da empresa são tratados por subcomitês subordinados à área de POSE (Produtividade, Qualidade, Segurança e Meio Ambiente), que conta com a área de Sustentabilidade relacionada ao ambiente. Os 20 aspectos sociais de impacto na cadeia de suprimentos envolvem a área de Sustentabilidade e as equipes de Originação de commodities de compras de matérias-primas e de serviços, a área de Gestão de Contratos conta com diretrizes específicas para o relacionamento profissional dos colaboradores e gerenciamento de processos de compras.

A estratégia da companhia é revisitada anualmente, com o objetivo de incorporar que a gestão de riscos, riscos e oportunidades decorrentes de questões econômicas, ambientais e sociais estejа alinhada às expectativas de desempenho e aos interesses dos nossos stakeholders. Nesse processo, consideramos a análise de materialidade, que identifica os temas mais relevantes para a companhia e para seus stakeholders, e também a análise de riscos corporativos, validada pelo CDE (saiba mais em Engajamento de Nossos Públicos). Essa Matriz é também a base para o desenvolvimento deste Relatório de Sustentabilidade.

G4-46 G4-48 G4-49

+ Visão, Missão e Valores

G4-56

NOSSOS VALORES

INTEGRIDADE | TRABALHO EM EQUIPE | CIDADANIA | EMPREENDEDORISMO | ABERTURA E CONFIANÇA

NOSSA VISÃO

Alimente a vida. Energize a vida.

O mundo vai precisar de mais mais alimento e energia, e os recursos naturais são cada vez mais escassos. (INVIVHEF)

NOSSA MISSÃO

Melhorar a vida, contribuindo para o aumento sustentável da oferta de alimentos e energia, agregando valor e elevando o bem-estar das pessoas a quem servimos.

+ Transparência e ética

Acreditamos na importância da promoção de um relacionamento claro e franco entre os integrantes do Comitê Executivo e os colaboradores da empresa. Por isso, estimulamos, caso a caso, o envio de e-mails para sustentabilidade@bunge.com e bunge.comunicacao@bunge.com, para que os funcionários façam suas sugestões e recomendações aos membros do CDE. Essa atitude contribui para fortalecer o fluxo das informações entre líderes e liderados.

G4-37

Com o objetivo de aprimorar a condução dos negócios, garantindo retorno financeiro adequado das operações, as práticas de auditoria e controle incluem padrões e debates com profissionais de renome em suas áreas de atuação, abordando temas econômicos e socioambientais, qualificação e engajamento dos colaboradores, comunicação e meio ambiente, além de assuntos relacionados aos projetos da Fundação Bunge.

G4-43

O processo de avaliação dos membros do CDE é uniforme e transparente, pois é realizado com base em metas de desempenho, a exemplo do que ocorre com os demais colaboradores da empresa. Para isso, são definidos indicadores de desempenho individuais e coletivos, que levam em consideração os resultados da área de negócio, além do desempenho geral da companhia em questões econômicas, financeiras, sociais, ambientais e de segurança. O desempenho em todos esses aspectos influencia a remuneração variável dos integrantes do CDE.

G4-44

CEOs têm meta em sustentabilidade

Desde 2015, o presidente e CEO da Bunge Brasil passou uma meta específica em sustentabilidade, que é desdobrada para os vice-presidentes da companhia. Essa meta faz parte do processo de avaliação que influencia na remuneração variável dos executivos e é baseada na meta em sustentabilidade do CEO global da companhia, que é desdobrada para as subsidiárias.

+ Políticas e gestão de riscos

A governança da Bunge conta com diferentes instrumentos, como auditorias internas e externas e o Código de Conduta, além de políticas que orientam o comportamento de todos os colaboradores. Essas ferramentas direcionam nossa atuação em temas como ética, transparência e de acordo com as leis e normas regulatórias do país.

A empresa possui ainda práticas que visam à gestão de riscos e à melhoria da gestão de riscos. Um deseus pilares é o Enterprise Risk Management (ERM), que mapeia os riscos estratégicos, operacionais, de crédito e de mercado. Todos os riscos são monitorados de forma continuamente e, para aqueles mais relevantes, traçamos planos de mitigação. Por sua importância para os negócios da Bunge, os riscos de mercado são acompanhados por um projeto específico, que identifica possíveis impactos nas atividades industriais e de trading e compra e venda de commodities e calcula o valor em risco (value at risk) dessas fatores pode trazer nos resultados.

Para discernir o desenvolvimento dos negócios, em linha com a sustentabilidade, contamos também com políticas específicas, tais como Política Anticorrupção, Política de Desflorestamento (saiba mais no capítulo Promoção da Agricultura Sustentável), Política de Patrocínios, Política de Relacionamento com Fornecedores, Política de Originação de Matérias-Primas, Política de Não-Desflorestamento e Política de Investimento Social.

Auditorias

Na Bunge, as auditorias, realizadas pela Auditoria Interna Global (GIA), ajudam o Conselho de Administração da Bunge Limited no supervisão da governança, gerenciamento de riscos e do ambiente de controles internos. Além disso, auxiliam a companhia a atingir seus objetivos através de uma abordagem sistemática, proativa, disciplinada, para avaliar e aprimorar a efetividade dos controles, processos de governança e operações. A empresa também possui auditorias independentes que emitem relatórios sobre a adequação dos controles internos. Em fev., a Bunge Brasil conta com uma área de Ética e Compliance, responsável por auditorias relacionadas a fraude e corrupção.

Código de Conduta

Integridade é um dos valores fundamentais da Bunge transmitidos a todos aqueles que a ela trabalham e com que aqueles conhecidos no mundo dos negócios. Nosso compromisso com ética e integridade está descrito em nosso Código de Conduta e em diversas políticas que o apoiam. Essas diretrizes foram criadas para nos ajudar a tomar decisões corretas e a agir de forma condizente com nossos valores. Elas se aplicam a todos os membros do Conselho de Administração da Bunge Limited e a todos os funcionários da Bunge e suas subsidiárias. O CDC dá cada organização é responsável por aplicar as políticas descritas em cada uma das empresas. Mas, evidentemente por ser uma companhia global, a Bunge está sempre atenta e sensível às questões culturais dos países em que está presente e que podem influenciar as atitudes de seus funcionários e as expectativas que eles nos estabelecem.

Por exemplo, o código dispõe sobre como evitar e tratar conflitos de interesse. Estabelece que funcionários de todos os níveis hierárquicos não podem se envolver em atividades que possam representar conflitos reais ou potenciais com os interesses da empresa. Caso sejam identificadas ações dessa natureza, os funcionários devem comunicar imediatamente seu superior imediato, Departamento Jurídico ou a área de Ética e Compliance Global (GEC).

Também estão descritas no código as diretrizes para o uso de informações privilegiadas, que podem influenciar o preço de ações e outros títulos mobiliários. Segundo a autoridade, mesmo que a informação não seja confidencial, exclusiva ou reservada. O Código de Conduta classifica informações sigilosas como aquelas que não são de domínio público, que possam ser úteis para concorrentes. O Código de Conduta da Bunge está disponível aqui.

G4-41 G4-56 G4-57 G4-58

Política Global de Sustentabilidade

Estabelece os princípios de promover o desenvolvimento com equilíbrio entre crescimento econômico e responsabilidade socioambiental. A diretriz principal baseia-se na busca da sustentabilidade em todos os nossos negócios.

Princípios:

- Nós nos esforçamos para sermos bons cidadãos ao contribuir para o desenvolvimento social e econômico das comunidades onde atuamos.
- Nós trabalhamos para alcançar ato nível de performance ambiental ao adotar as melhores práticas efetivas que sejam fundamentadas na ciência, respeitando as culturas, e ao promover esse padrão junto aos nossos fornecedores.
- Nós promovemos parcerias com companhias e organizações para aplicação de práticas sustentáveis.
- Nós comunicamos nossas atividades com transparência e temos um sólido compromisso com os padrões de relacionamento.
- Nós empregamos esses princípios em nossas operações para o cumprimento das metas globais e locais.

Política de Não-Desflorestamento

Alinhada à política global e validada em consulta a *stakeholders*, permite reunir todas as áreas de atuação ao estabelecer compromissos compartilhados. Seu objetivo é promover o equilíbrio entre o crescimento econômico e a responsabilidade socioambiental.

Princípios	Dia a dia
Associar os objetivos de negócios às questões socioambientais relacionadas	Todos os nossos negócios são regidos pela responsabilidade socioambiental. Desde as definições de expansão em áreas de risco até a gestão de nossas operações, nossos negócios são regidos pela responsabilidade socioambiental.
Procurar o alvo do cumprimento da legislação ambiental local e de outros requisitos aplicáveis a seus produtos e operações	A Bunge participa da Moratória da Soja Amazônica, em nossos processos, buscamos certificações que atestem nosso desempenho em sustentabilidade, como o ISO 14000, Bonsucro e Estabelecimento de Alto Valor de Conservação Nacional e a Certificação Bonsucro, além de participar de compromissos pelo fim de queimadas relacionadas à produção de cana-de-açúcar e pecuária.
Promover a melhoria contínua do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, por meio da adoção de práticas de gestão ambiental e de avaliações de risco ambiental.	Adotamos o suplemento setorial do GRI em 2011. Nesta edição do Relatório, já aplicamos a última geração dos indicadores GRI, a G4. Em 2015, demos início ao processo para a obtenção do selo ouro de gestão de três ambientais, para coleta, consolidação e análise do desempenho ambiental de todas as plantas da empresa.
Manter um formato transparente, que devem entender as conceitos empregados e apresentar sua visão do negócio	Mantemos em nosso site um canal para a apuração do desempenho sustentável. Entre eles estão entidades de classe, ONGs, instituições públicas, fornecedores e clientes que compõem alianças em projetos de longo prazo.
Manter postura ética e transparente em todas as suas atividades, de forma a fortalecer a relação com a sociedade, empresas, mídia e órgãos para comunidades e países em que operamos.	Mantemos a política de zero propina e atendimento de 100% das demandas da empresa. Com os auditores do Departamento Jurídico e Auditoria Interna Global (GIA), realizamos auditorias periódicas de nossas operações. Para as áreas de originação e suprimentos, seguimos uma política alerta ao público sobre nossos relacionamentos com fornecedores.
Demonstrar responsabilidade social, procurando atender as necessidades básicas das comunidades onde atuamos e nos responsabilizar pelos impactos causados	Nossos investimentos sociais correspondem às atividades que acontecemos com as diversas comunidades. São programas e projetos que trazem benefícios diretos às comunidades, como interações sociais e valorização de relações locais. Exemplos: Jovem Aprendiz em Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, e em Alto Alegre, em Roraima, e em Santa Catarina.
Contribuir para o desenvolvimento da cidadania por meio ações de valorização da educação e do conhecimento.	Por meio da Fundação Bunge, nossos colaboradores voluntariam através diretamente nas comunidades adjacentes às nossas operações. Nossos programas agregam milhares de pessoas em todo o Brasil.

Política de Mato Ambiente

Aponta a condução dos nossos negócios de modo a promover o compromisso com a qualidade ambiental.

Princípios:

- Comprar as leis e requisitos ambientais aplicáveis aos nossos produtos, serviços e projetos.
- Promover a melhoria ambiental contínua por meio da aplicação de princípios de gerenciamento ambiental, de avaliações de risco ambiental e do desempenho ambiental de nossas operações, produtos, serviços e projetos.
- Buscar o desenvolvimento sustentável por meio do uso eficiente e responsável de recursos naturais e reconhecimento nos nossos processos, produtos, serviços e projetos.
- Demonstrar responsabilidade social, procurando atender as necessidades básicas de nossas comunidades e promovendo o uso responsável dos recursos naturais.
- Engajar nossos colaboradores em relação aos impactos ambientais relacionados ao meio ambiente e proporcionar treinamentos para aperfeiçoar as práticas de gestão ambiental.

Política de Relacionamento com Fornecedores

Procuramo garantir processos transparentes nas compras e nos relacionamentos com nossos parceiros comerciais, por isso desenvolvemos uma política que estabelece diretrizes claras com objetivo de manter a governança e os padrões de sustentabilidade em nossas operações, do início ao fim da cadeia produtiva.

Princípios:

Adoção de princípios e mecanismos necessários para a prevenção, detecção e erradicação da corrupção, disposto na Convenção da ONU contra a Corrupção. Assim, ficou claro que devemos atuar de forma a compromisso e responsabilidade e observar toda e qualquer lei anticorrupção aplicável, tomando cuidado especial com as leis locais, que podem diferir em relação à definição de bens, direitos e valores a proibidos legais de natureza similar em todas as jurisdições de funcionamento da Bunge.

G4-HR1 G4-HR6

As obrigações dos fornecedores incluem:

- A proibição de realizar pagamentos, oferecer bens ou qualquer tipo de vantagens a servidores públicos com o objetivo de obter ou reter negócios, ou ainda, obter vantagens indevidas.
- A obrigação de que todas as operações relacionadas ao objeto contratado sejam refletidas adequadamente em seus livros e registros;
- Não utilizar, direta ou indiretamente, mão de obra infantil ou mesmo análoga à escravidão em suas operações;
- Não adquirir, intermediar, transportar ou comercializar produtos ou subprodutos de origem animal ou vegetal produzidos sobre áreas objeto de embargo, conforme definição da legislação brasileira (Decreto 6.514/08).

O fornecedor deve se comprometer, ainda, a produzir as mercadorias respeitando integralmente as legislações trabalhista, previdenciária e social, bem como as demais disposições legais aplicáveis à saúde e segurança no trabalho, proibindo, especialmente, de impor aos seus colaboradores condições ultrajantes ou submetanas de trabalho, incluindo aquelas comparáveis a de trabalho escravo, restringir o direito constitucional de ir e ir vir ameaçá-los ou agredi-los fisicamente por qualquer razão que seja, inclusive, por dívidas de qualquer natureza.

O fornecedor deve declarar e garantir que:

- Todas as informações por ele prestadas à Bunge, em qualquer outra oportunidade, são verídicas, completas, corretas e exatas;
- Não tem conhecimento de nenhum fato superveniente, que possa influir, de modo adverso, nas condições econômicas necessários para a realização do objeto contratado e/ou para o cumprimento das obrigações assumidas.
- Obtenó e mantenó, às suas próprias custas e responsabilidade, nos prazos legais, todos os registros, licenças, autorizações, aprovações, alvarás, vistorias e outras exigências formais necessárias para o exercício de suas atividades e para o cumprimento das obrigações assumidas perante os demais órgãos ou entidades fiscalizadoras, como a Secretaria de Saúde, do Trabalho e do Meio Ambiente, Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), agências reguladoras, Banco Central do Brasil, órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, dentre outros.
- A atividade desenvolvida não poderá originar produtos ou/ou de áreas desflorestadas após junho de 2008 e não utilizará como recurso trabalhadores com idade inferior a dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, jornada de trabalho, dentre outros.

O fornecedor deve declarar que se responsabiliza pelo cumprimento de todas as leis, regulamentos e atos normativos pertinentes à proibição ambiental, sanitária e de desmoralização, mantendo, inclusive, as áreas destinadas à Reserva Legal e de Preservação Permanente (APPs) e as licenças necessárias para o pleno desenvolvimento de suas atividades, bem como se obriga a adotar todas as medidas cabíveis para produzir a mercadoria vendida, observando as melhores práticas agrícolas, sem qualquer agressão, perigo ou risco ao meio ambiente, assumindo expressamente todos os ônus ou sanções que decorrem de eventuais infrações dessa natureza, seja de natureza administrativa, civil, ou até penal.

O fornecedor deve declarar, também, fazer uso racional dos agrotóxicos durante todas as etapas do processo gliceiro, desenvolvimento e colheita, respeitando recomendações agronômicas e segurando os períodos de carência, garantindo o atendimento à legislação vigente.

A Bunge se reserva o direito de rescindir compromissos de compra e venda na hipótese do fornecedor vir a ser embargado/autuado pelas autoridades competentes por descumprimento de suas obrigações legais relativas ao meio ambiente, a seu direitos humanos, ou ainda, em desrespeito à Moratória da Soja, originária produtora em áreas desflorestadas após julho de 2006.

Tendo em vista o disposto nos artigos 18, 47 e 54 do Decreto Federal nº nº 6.514/08, obriga-se o fornecedor de produto a comunicar imediatamente à Bunge caso a área seja embargada/autuada, bem como encaminhar à Bunge uma cópia dos termos de embargo/auto de infração e a substituição de produtos dessa área embargada por outros cultivados em áreas não embargadas, e para tanto deverá apresentar documentos comprobatórios do atendimento a legislação ambiental.

Política de Não-Desflorestamento

A Bunge acredita que todas as cadeias de valor agrícolas devem ser sustentáveis e devem beneficiar as comunidades locais em termos econômicos e sociais. Nossa empresa se comprometeu a aplicar políticas em seus negócios e em suas cadeias de valor que reflitam essas crenças, e a colaborar com as partes interessadas a com outros participantes da cadeia de valor — dos produtores aos consumidores — para desenvolver abordagens práticas que permitam a implementação em grande escala.

Com esta visão, a Bunge Limited publicou, em setembro de 2015, a Política de Não-Desflorestamento, que possui abrangência global. Nesse documento, a Bunge se compromete a:

- Eliminar o desflorestamento de suas cadeias de suprimentos agrícolas ao redor do mundo, empregando metodologias comprovadas que incorporam proteção de carbono e de biodiversidade.
- Respeitar os direitos de comunidades locais e indígenas, aplicar o consentimento livre e informar com antecedência a compra e uso de terras.
- Reforçar a sustentabilidade e as práticas trabalhistas em toda a cadeia.
- Divulgar publicamente os progressos obtidos em nossos esforços.

Por último, todas as subsidiárias da Bunge trabalharão em conjunto para definir o Plano de implementação dos compromissos acima assumidos. Acesse o conteúdo completo da nova política em www.bunge.com.br/sustentabilidade/politicas

Atividade à campanha

Em 2015, a Bunge anunciou que atuação global e nossa política é conduzir os negócios de forma ética e respeitar a legislação anticorrupção. Uma das legislações é a FCPA (*Foreign Corrupt Practice Act*), lei federal norte-americana que proíbe a corrupção por pessoas ou empresas, cujas principais disposições estão nas áreas contábil e anticorrupção. As violações ao FCPA têm sérias consequências para a empresa e para os funcionários, sendo que o descumprimento pode resultar em penalidades civis e criminais, como multas e prisão. Os governos também podem impor a Lei Anticorrupção, que proíbe empresas e empregados por práticas de atos corruptivos envolvendo funcionários públicos.

Para treinar nossos funcionários em conhecimento e aplicação dessas leis, foi publicado, junto com o Código de Conduta para funcionários e a Política de Relacionamento com Fornecedores, Ha, ainda, a Política Global Anticorrupção, implementada em julho de 2014, mais abrangente que as anteriores, que se aplica a todos os funcionários, fornecedores, contratos sobre gastos e despesas com refeições e viagens com entidades governamentais, políticas de doações, presentes e brindes, treinamento e, lavanha, divulgação, canal de denúncia e certificação sobre política anticorrupção e até nível de concordância.

Em 2015, 4.456 funcionários em todos os níveis receberam treinamento online e/ou presencial sobre o Código de Conduta e Política Anticorrupção e 100% das operações comerciais realizadas pela empresa foram submetidas aos requisitos da Política Anticorrupção.

G4-SO3

Além disso, existem cláusulas correspondentes à Política Anticorrupção em todos os contratos firmados com fornecedores da Bunge.

G4-SO4

Trabalhos em Código de Conduta podem ser notificadas pelos públicos interno e externo ao mais alto grau de governança da Bunge por meio do *intranet*, além de reuniões com diretorias e lideranças locais. Também podem ser utilizados os endereços sustentabilidade@bunge.com, comunicacao@bunge.com, www.bunge.com/helpline ou ainda a telefonia 0800-892-1879, com atendimento por parte de empresa independente especializada.

G4-57 G4-58

Casos de corrupção

G4-SO5

Em 2015, não registramos casos de corrupção envolvendo funcionários da Bunge em seu relacionamento com órgãos públicos. Nem a empresa nem seus colaboradores foram alvo de processos por práticas desse tipo.

Contudo, são funcionários foram afastados em consequência de desvios de comportamento relacionados a conflitos de interesse, desvio de mercadorias, propinas pagas por prestadores de serviços e prestadores de serviço para funcionários; dos desvio de ingressos, compras e vendas sobre contratantes, visando a atenção de vantagens indevidas em processos de contratação de prestadora e serviços.

Outros comportamentos

Atendemos ações dentro os relacionamento entre nossos funcionários, e desses com os públicos externos, devemos seguir padrões morais e éticos de conduta. Assim, assumimos o compromisso público de repúdio à exploração de mão de obra infantil em toda a nossa cadeia produtiva. No que diz respeito à discriminação de gênero, raça, orientação sexual, nossos padrões internacionais e nossos códigos de colaboradores com uma compreensão representativa do perfil das populações das áreas onde atuam.

Também não aceitamos qualquer tipo de assédio sexual, moral ou de qualquer natureza. Nesse sentido, a Bunge Brasil conta com um canal de denúncias, o Alô Ética, que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana, e que garante o anonimato, caso o denunciante deseje. Além disso, a empresa mantém uma política de não retaliação, que garante que nenhum funcionário sofrerá qualquer tipo de represália por ter feito uma denúncia de boa-fé.

Novo Blue Book

Há 10 anos a Bunge lançou a primeira edição do Blue Book, um pequeno, porém importante documento que, de maneira sucinta e simples, descreve quem somos enquanto empresa, as aspirações em nossa trabalho e o impacto positivo que promovemos no mundo.

Em 2015, o Blue Book foi revisitado, considerando os avanços e a evolução da Bunge nos últimos 10 anos. Muitos dos ideais se mesmas da versão anterior. A novidade fica por conta dos quatro comportamentos-chave:

- Colocarmos a Segurança em primeiro lugar;
- Agirmos como donos;
- Buscarmos ser os melhores;
- Cultivarmos um espírito empreendedor.

Clique aqui para acessar o Blue Book e saber mais sobre o modo de ser Bunge.

+ Compromissos e boas práticas

Afinados com os nossos valores e políticas, assumimos compromissos que visam incentivar a adoção de boas práticas em nossos setores de atuação e, assim, contribuímos para o desenvolvimento sustentável do país. Destacamos nosso apoio e aderência aos seguintes compromissos e práticas:

- Moratória da Soja, na Amazônia Brasileira, iniciada em 2006;
- Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil. A partir de novembro de 2013, com a criação do Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, a Bunge passou a ser representada pela associação de classe Abiove;
- Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar;
- Não adquirimos produção agrícola originada de áreas embargadas pelo Ibama, autarquia federal responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
- Por meio da Abiove, somos signatários do Protocolo Verde dos Grãos no estado do Pará, que é o protocolo de responsabilidade socioambiental para os grãos provenientes da agricultura local;
- Disseminação, capacitação, verificação e reconhecimento das práticas de sustentabilidade adotadas pelos fornecedores na cadeia produtiva agrícola;
- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU);
- Acordo Setorial de Embalagens para logística reversa de resíduos pós-consumo, relacionado à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

G4-15

Nossa responsabilidade socioambiental expressa-se ainda por meio da nossa participação em fóruns e projetos promovidos por instituições ligadas às áreas de negócio:

- Associação Brasileira da Indústria do Trigo (Abitrigo)
- Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia)
- Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove)
- *Better Sugarcane Initiative* (Bonsucro)
- Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre)
- União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA)

G4-16

+ Prêmios e reconhecimentos

Em 2015, recebemos 32 premiações em reconhecimento à qualidade de nossos produtos e a nossa gestão nas áreas econômica, ambiental e social.

A empresa mais sustentável do Brasil

A Bunge Brasil foi eleita a empresa mais sustentável de 2015 pelo Guia Exame de Sustentabilidade, o mais respeitado prêmio do setor. A empresa também foi reconhecida como a empresa mais sustentável do Agronegócio, pelo sétimo ano consecutivo.

Publicado pela Editora Abril, o Guia é a maior referência na área e premiou as 68 empresas que se destacaram na gestão da sustentabilidade em 21 setores, além das melhores em dez categorias diferentes. A escolha da Bunge como empresa do ano se deu pela consistência das nossas ações em sustentabilidade, que desde 2009 são reconhecidas no segmento do agronegócio brasileiro.

Entre as Melhores Empresas para Você Trabalhar

Em 2015, a Bunge Brasil foi incluída pela revista Você S/A no ranking das 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil. Esta seleta lista de empresas reconhece as empresas que mais valorizam seus funcionários, com base em suas práticas de gestão de pessoas e na opinião dos próprios colaboradores.

Veja abaixo a lista completa de prêmios:

Gestão de Pessoas

Empresas com 100 ou mais empregados devem preencher o relatório anual de informações sociais (RAIS), ano base 2019. Ele tem por objetivo suprir as necessidades de controle das atividades trabalhista e previdenciária e fornecer estatísticas do trabalho, bem como manter o cadastro nacional de empresas.

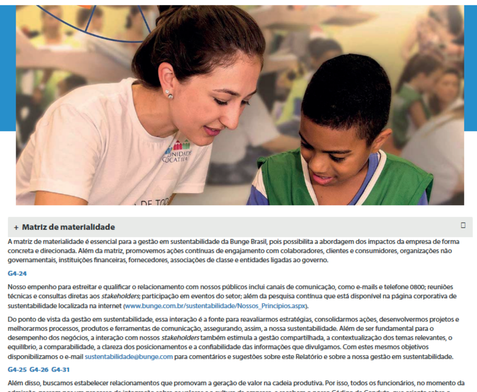
Em 2020, devido à pandemia do novo coronavírus, o governo federal decidiu que as empresas poderiam optar por não entregar o relatório anual de informações sociais (RAIS), ano base 2019. Ele tem por objetivo suprir as necessidades de controle das atividades trabalhista e previdenciária e fornecer estatísticas do trabalho, bem como manter o cadastro nacional de empresas.

Em 2021, o governo federal decidiu que as empresas poderiam optar por não entregar o relatório anual de informações sociais (RAIS), ano base 2020. Ele tem por objetivo suprir as necessidades de controle das atividades trabalhista e previdenciária e fornecer estatísticas do trabalho, bem como manter o cadastro nacional de empresas.

Amplitus na quantidade de quantidade e crescimento e ampliamos as habilidades/competências dos colaboradores em consultorias em nossa gestão

Diretor de Gestão, Sylvia Bonfim, Coordenadora Geral, Ana Paula Ferreira, Coordenadora Administrativa, Maria Braga, Coordenação Jurídica, Ana Paula Ferreira, Coordenadora Financeira, Maria Braga, Coordenação Financeira

Múltiplos canais para o diálogo



+ Matriz de materialidade

A matriz de materialidade é essencial para a gestão em sustentabilidade da Bunge Brasil, pois possibilita a abordagem dos impactos da empresa de forma concreta e direcionada. Além da matriz, promovemos ações contínuas de engajamento com colaboradores, clientes e consumidores, organizações não governamentais, instituições financeiras, formadores, associações de classe e entidades ligadas ao governo.

G4-24

Nosso empenho para estreitar e qualificar o relacionamento com nossos públicos inclui canais de comunicação, como e-mails e telefone 0800; reuniões técnicas e consultas diretas aos *stakeholders*; participação em eventos do setor; além da pesquisa contínua que está disponível na página corporativa de sustentabilidade localizada na internet (www.bunge.com.br/sustentabilidade/Nossos_Principios.aspx).

Do ponto de vista da gestão em sustentabilidade, essa interação é a fonte para reavaliarmos estratégias, consolidarmos ações, desenvolvermos projetos e melhorarmos processos, produtos e ferramentas de comunicação, assegurando, assim, a nossa sustentabilidade. Além de ser fundamental para o desempenho dos negócios, a interação com nossos *stakeholders* também estimula a gestão compartilhada, a contextualização dos temas relevantes, o equilíbrio, a comparabilidade, a clareza dos posicionamentos e a confiabilidade das informações que divulgamos. Com estes mesmos objetivos disponibilizamos o e-mail sustentabilidade@bunge.com para comentários e sugestões sobre este Relatório e sobre a nossa gestão em sustentabilidade.

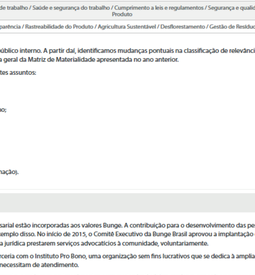
G4-25 G4-26 G4-31

Além disso, buscamos estabelecer relacionamentos que promovam a geração de valor na cadeia produtiva. Por isso, todos os funcionários, no momento da admissão, passam por um processo de integração sobre os valores e a cultura da empresa, e recebem o nosso Código de Conduta, que orienta sobre o comportamento esperado nos diversos públicos.

Uma vez que a sede da Bunge Limited fica nos Estados Unidos, todos os funcionários da empresa também recebem informações sobre a política de FCPA (legislação americana contra práticas corruptas em países estrangeiros) e sobre a Política Global Anticorrupção e sobre a legislação brasileira anticorrupção, devendo aderir a elas formalmente. Segundo a lei americana, é proibida a doação de qualquer item de valor para agentes de um governo estrangeiro, para obter ou reter negócios com governos ou empresas dessa natureza. Com relação a contribuições políticas a candidatos à lei vigente no Brasil, a Bunge pode contribuir financeiramente para propostas políticas alinhadas à visão de desenvolvimento sustentável da cadeia de alimentos e do agronegócio, independentemente de interesse próprio ou projetos específicos. Em 2015, contudo, a empresa optou por não realizar quaisquer contribuições a partidos políticos ou candidatos.

G4-SO6

Para elaborarmos este relatório, consideramos as ações de engajamento realizadas com nossos principais públicos de interesse e também a busca e identificação de temas que interferem em nossa atitude para com a sociedade. Tal processo está descrito no texto de apresentação deste relatório, clicando aqui. Como resultado, apresentamos no destaque a nossa Matriz de Materialidade. Ela possui temas segmentados por sua relevância "dentro" e "fora" da companhia, isto é, para os públicos internos e externo. Independentemente dessa segmentação, todos os temas são importantes para a atuação da empresa, pois, agindo de forma integrada, os impactos na área rural, por exemplo, também interessam aos *stakeholders* urbanos. Já os temas relativos à agricultura sustentável são mais sensíveis nas regiões de expansão agrícola do cerrado e próximas ao bioma amazônico.



G4-18 G4-19 G4-20

Em histórico de consultas formais realizada pela empresa (leia mais no capítulo de apresentação deste relatório), nossos principais públicos destacaram alguns dos seguintes temas e preocupações expostos na tabela a seguir.

TEMAS IDENTIFICADOS POR NOSSOS STAKEHOLDERS	
Clientes	Condições de trabalho / Saúde e segurança do trabalho
Fornecedores	Segurança e qualidade do produto / Agricultura sustentável
Investidores	Cumprimento a leis e regulamentos / Direitos Humanos (trabalho infantil / forçado, discriminação) / Agricultura sustentável
Organizações Não Governamentais	Rastreabilidade de produto / Direitos humanos (trabalho infantil/forçado, discriminação) / Condições de trabalho / Saúde e segurança do trabalho / Agricultura sustentável / Eficiência no uso de água / Desmatamento / Gestão e proteção de biodiversidade
Setor	Ética e Conduta / Segurança e qualidade de Produto
Colaboradores	Condições de trabalho / Saúde e segurança do trabalho / Cumprimento a leis e regulamentos / Segurança e qualidade de Produto
Produtores Rurais	Transparência / Rastreabilidade do Produto / Agricultura Sustentável / Desflorestamento / Gestão de Resíduos

Além disso, obtivemos 175 respostas completas do nosso público interno. A partir daí, identificamos mudanças pontuais na classificação de relevância dos temas, sem que houvesse necessidade de alterar a estrutura geral da Matriz de Materialidade apresentada no ano anterior.

Dentre os temas-chave identificados destacamos os seguintes assuntos:

- Segurança e qualidade de produto;
- Ética e conduta;
- Condições de trabalho/Saúde e segurança do trabalho;
- Cumprimento a leis e regulamentos;
- Saúde e segurança do consumidor;
- Segurança alimentar;
- Agricultura sustentável;
- Transparência;
- Eficiência no uso de água;
- Direitos humanos (trabalho infantil/forçado, discriminação).

G4-27

+ Programas corporativos

Projeto Pró-Bono

A responsabilidade social corporativa e a cidadania empresarial estão incorporadas aos valores Bunge. A contribuição para o desenvolvimento das pessoas e da economia das comunidades em que operamos é um exemplo disso. No início de 2015, o Comitê Executivo da Bunge Brasil aprovou a implantação do *Projeto Pro-Bono*, que possibilita aos colaboradores da área jurídica prestarem serviços advocatícios à comunidade, voluntariamente.

Para implantação desse projeto, a empresa firmou uma parceria com o Instituto Pro Bono, uma organização sem fins lucrativos que se dedica à ampliação do acesso à Justiça, e se encarrega de selecionar aqueles que necessitam de atendimento.

No início de projeto o atendimento foi realizado, exclusivamente, a entidades do terceiro setor, com quatro instituições apoiadas por seis colaboradores da empresa, totalizando 30 horas de serviços prestados, nos seguintes escopos:

- Alterações de contrato social
- Elaboração de estatuto social
- Abertura de ONG no setor educacional

Bunge Natureza

G4-SO1

Criado em 2006 na unidade de Gaspar (SC) da área de Alimentos & Ingredientes, o programa Bunge Natureza permite a interação entre nossos funcionários e as comunidades do entorno de nossas instalações, contribuindo para promover a responsabilidade ambiental.

Hoje, o Bunge Natureza se expandiu e conta com dois Centros de Divulgação Ambiental e Lazer (CDAL), um em Gaspar (SC) e outro em São Paulo (SP). Na cidade catarinense, o projeto desenvolve atividades de educação ambiental, produção de mudas e assistência técnica em recuperação ambiental. Até então foi possível a recuperação ambiental de uma área de 1 milhão m², sendo 33 mil m² em 2015.

Em 2015, a nova metodologia de trabalho para mapeamento e controle dos efeitos das operações (externalidades) da empresa foi aplicada em cinco unidades-piloto. Os dados ainda serão analisados e, quando finalizados, servirão de subsídio para que a gestão das externalidades se torne ainda mais efetiva e assertiva.

Além disso, desenvolvemos um trabalho permanente de sensibilização dos nossos funcionários, parceiros, fornecedores e comunidade, para buscarmos em conjunto soluções mais abrangentes para as externalidades socioambientais das nossas operações.

G4-SO2

No bairro do Jaguaré (SP), por exemplo, desenvolvemos ações socioambientais que beneficiam comunidades vizinhas, estudantes, parceiros, colaboradores e seus familiares como parte do programa Bunge Natureza.

Uma dessas ações é o Projeto Acerte Na Lata que, em 2015, contabilizou 48 encontros; aproximadamente 192 horas de sensibilizações, aprendizados e compartilhamento de experiências em educação ambiental; 25 crianças da comunidade do Jaguaré participantes e outras 125 pessoas indiretamente envolvidas. Em parceria com o projeto, a unidade realizou três atividades de engajamento e sensibilização: Dia da Árvore, Semana do Meio Ambiente e Dia da Terra.

A outra iniciativa relevante no Jaguaré é o Projeto Geração de Renda com Resíduos. Esta iniciativa tem como objetivo incentivar e capacitar moradores do bairro a reutilizar resíduos na produção de bens que possam gerar renda alternativa às famílias. Isto é alcançado por meio de cursos e oficinas de capacitação desenvolvidos pela equipe do projeto. Em 2015, o projeto realizou 49 cursos, impactando aproximadamente 1.325 pessoas da comunidade. Entre os materiais trabalhados, destaca-se o reuso de garrafas PET, potes de vidro, retalhos de tecido e papelão. Os materiais produzidos são comercializados em feiras, eventos corporativos e na internet.

Centro de Educação Ambiental – Barcarena

Em 2014, a Bunge Brasil inaugurou no município de Barcarena (PA) o seu Centro de Educação Ambiental (CEA), dentro do Terminal Portuário inaugurado no mesmo ano.

O CEA é parte integrante do projeto Educação Ecoeficiente, que em 2015 deu seguimento às suas ações, mobilizando professores, estudantes e a comunidade em geral da Vila de Itupanema, área de influência do Terminal Portuário. Para tanto, capacitou e qualificou o público sobre sustentabilidade, meio ambiente e sociedade, com foco na importância do uso eficiente dos recursos naturais locais. A proposta é buscar o desenvolvimento sustentável da região e promover, consequentemente, a qualidade de vida da população.

Em 2015, o CEA atuou em duas principais frentes de ação:

1. Implantação de infraestrutura básica e auxiliar para preparo e manejo da área e para projeto de paisagismo do Centro, com foco na utilização de espécies do Terminal;
2. Execução das atividades didáticas e de engajamento/relacionamento com a comunidade.

Realizamos palestras, oficinas e mobilizações em duas escolas locais, abordando temas relacionados à produção/plantio de mudas florestais, resíduos e hortas domésticas/escolares. Em 2015, o projeto ofereceu duas Colônias de Férias aos alunos da região e à comunidade próxima ao terminal, com objetivo de proporcionar um espaço de convivência e diversão, por meio de atividades lúdicas, esportivas e artísticas e de contato direto com a natureza. Apoiamos ainda a realização da 1ª Feira do Conhecimento, que apresentou materiais científicos produzidos no campus da Universidade Federal Rural da Amazônia.

A infraestrutura do CEA conta com:

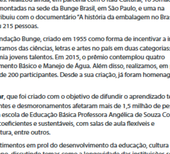
- Novo viveiro de mudas, com capacidade para duas mil mudas
- Horta
- Área de compostagem
- Trilha ecológica
- Sistema agrícola Mandala
- Escritório/sala de aula
- Bosque com identificação de espécies locais.

+ Fundação Bunge

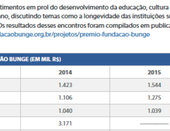
G4-SO1

A Fundação Bunge investe em projetos sociais que contribuem para melhorar a educação e a qualidade de vida das comunidades onde estamos presentes, além de promover a preservação da memória da empresa e do setor. Os investimentos da Fundação Bunge alcançaram pouco mais de R$ 9 milhões, destinados a programas estruturados em três pilares estratégicos: Socioambiental, Preservação da Memória e Incentivo à Excelência e ao Conhecimento Sustentável.

O pilar Socioambiental envolve ações para estreitar a relação entre o homem e seu ambiente natural, social, econômico e cultural. Essas ações são implementadas por três programas: **Comunidade Educativa, Semear Leitores** e **Comunidade Integrada**. O primeiro é a iniciativa de voluntariado corporativo da Bunge, que busca estimular a leitura em escolas e espaços comunitários, contribuindo com a formação de cidadãos mais conscientes de seu papel no presente e comprometidos com o futuro. Em 2015, os 498 voluntários do programa dedicaram 8.236 horas no desenvolvimento de 182 atividades – em 19 instituições, de 12 localidades, que envolveram 32.363 pessoas. Neste ano, dentro do programa, foi realizada a Jornada Voluntária, uma semana com atividades voluntárias em diversas instituições, em 18 localidades, com a participação de 808 funcionários da Bunge.



Já o Semear Leitores é um programa que busca incentivar a prática da leitura entre crianças das séries iniciais (1º ao 5º ano) de maneira prazerosa e lúdica. O programa funciona independentemente da ação voluntária de colaboradores e compreende, entre outras ações, a criação de espaços de leitura, doação de acervo e formação de mediadores de leitura. No ano, foram distribuídos 6.326 livros infantis e inaugurados sete espaços de leitura nos estados de São Paulo, Tocantins e Mato Grosso, sendo três espaços próprios e quatro franqueados.



Além disso, o programa firmou parcerias com a Solazyme Bunge para estruturação de quatro espaços de leitura Semear Leitores nas cidades de Nova Granada e Guaraci (SP), e contabilizou 86 horas de formação de mediadores de leitura e dois encontros nacionais, além da realização de 12.484 atividades nos 31 espaços existentes, que receberam 291.202 visitas. Neste ano ainda foram realizados três Seminários de Educação nos estados de São Paulo, Paraná e Bahia, envolvendo 600 professores e coordenadores pedagógicos; 29 Feiras Literárias, com a participação de 16.119 pessoas, e apresentações culturais em praças públicas de cidades tocantinenses, com a presença de 450 pessoas.

Já o Comunidade Integrada é um programa de desenvolvimento territorial sustentável desenvolvido nos estados do Tocantins e Pará. Ele contempla a realização de diagnósticos e estudos em socioeconomia, além de um Plano de Gestão Integrada, que orienta o investimento social privado, de forma articulada e integrada às comunidades e às necessidades de cada território. Em 2015, no Tocantins (as cidades de Pedro Afonso, Bom Jesus do Tocantins e Tupiratinga) a Fundação Bunge entregou um estudo, um guia turístico e placas de identificação do patrimônio cultural da região, a fim de preservar e valorizar a cultura e a memória do Delta do Tocantins. Além disso, foram realizados diversos cursos, tanto em parceria com o SENAR, na área de Manutenção de Máquinas Agrícolas e Pesadas, que formou 39 pessoas (63% delas já estão empregadas), quanto em parceria com o Colégio Agrícola, nas áreas de Açúcar e Álcool, Agropecuária e Logística, com 170 pessoas formadas. Ainda na área da educação, a Fundação Bunge foi a responsável pela formação de 126 professores e 37 gestores de escolas públicas dos três municípios e pelo lançamento de mais um espaço de leitura no município de Bom Jesus do Tocantins, com mais de 600 títulos da literatura infanto-juvenil.

Na área de fortalecimento da gestão pública, a Fundação participou da entrega do Plano Diretor Urbano de Pedro Afonso e Bom Jesus do Tocantins e do Plano Municipal de Saneamento de Pedro Afonso, além da criação e regularização dos Fundos Municipais de Direito da Criança e do Adolescente, da formação de Conselheiros Tutelares e de Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da criação de um Comitê Organizador do Seminário Dalla Social, com foco na proteção integral da criança e do adolescente. O programa ainda foi reconhecido em publicações da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Lina Galvani e destaque em evento realizado pela União Europeia e AVSI Brasil.

No Pará, uma parceria com a ONG *Childhood* permitiu a implantação do programa Na Mão Certa, com foco na proteção integral da criança e do adolescente. Preparamos e formamos colaboradores para o tema e para ações junto a caminhoneiros e familiares, com foco em saúde, segurança nas estradas, combate ao consumo de drogas e à exploração sexual infantil. O programa também colaborou com a formação profissional nos municípios de Barcarena e Itaituba, com a realização de cursos de Mecânica e Elétrica em parceria com o Senai, que envolveu 141 pessoas, e de Classificação de Grãos e Sistema de Qualidade, com o Senar, com a participação de 88 pessoas. Além disso, criamos um fórum de discussões para a realização de encontros com lideranças comunitárias e gestores da Bunge. O Comunidade Integrada no Pará foi destaque na publicação da Fundação Getúlio Vargas com o tema proteção integral da criança e do adolescente.

A **Preservação da Memória** da empresa é garantida pelo Centro de Memória Bunge. O local reúne o patrimônio histórico da Bunge Brasil, conservado e disponível aos interessados. E um dos mais ricos acervos de memória empresarial do Brasil e reúne documentos cartográficos, iconográficos, tridimensionais e textuais, entre outros. Além disso, organiza atividades que aproximam o acervo da sociedade e estimulam outras instituições a preservarem a sua história. Em 2015, o Centro de Memória Bunge tratou e organizou 2.179.544 folhas de documentos textuais e 4.031 documentos audiovisuais do acervo; atendeu a 47.108 pesquisas – presenciais e online – e 81 visitas técnicas de empresas e universidades. Realizou ainda, em parceria com o Itaú Cultural, 10 Jornadas Culturais, que reuniram 4.000 participantes, e a curadoria de três exposições, sendo duas montadas na sede da Bunge Brasil, em São Paulo, e uma na Convenção de Alimentos & Ingredientes. O Centro de Memória Bunge contribuiu com o documentário "A história da embalagem no Brasil", da Iberni Latin American e foi destaque na 10ª Mostra de Cinema de Ouro Preto, que reuniu 215 pessoas.

O **Incentivo à Excelência e ao Conhecimento Sustentável** é realizado com o Prêmio Fundação Bunge, criado em 1955 como forma de incentivar a inovação e o conhecimento. É concedido anualmente a personalidades de destaque em diversos ramos das ciências, letras e artes no país em duas categorias: Vida e Obra, em reconhecimento à obra consolidada de um especialista, e Juventude, que premia jovens talentos. Em 2015, o prêmio contemplou quatro profissionais das áreas de Recuperação de Solos Degradados para a Agricultura e Saneamento Básico e Manejo de Água. Além disso, realizamos, em parceria com a FAPESP, um Seminário Internacional sobre as duas áreas de premiação, com mais de 200 participantes. Desde a sua criação, já foram homenageadas 183 pessoas.

A disseminação do conhecimento também é o foco do projeto **Conhecer para Sustentar**, que foi criado com o objetivo de difundir o aprendizado técnico e científico obtido após a tragédia ocorrida no Vale do Itajaí (SC), em 2008, quando enchentes e desmoronamentos afetaram mais de 1,5 milhão de pessoas, matando ao menos 135 pessoas. Em 2015, o projeto foi finalizado com a inauguração da escola de Educação Básica Professora Angélica de Souza Costa, com capacidade para 300 alunos, construída a partir de um projeto arquitetônico de bases ecoeficientes e sustentáveis, com salas de aula flexíveis e multifuncionais, sistema próprio de tratamento de esgoto, telhado verde e espaço de leitura, entre outros.

Em 2015, a Fundação Bunge e o Prêmio Fundação Bunge completaram 60 anos de investimentos em prol do desenvolvimento da educação, cultura e ciências no Brasil. Para celebrar a data, a entidade realizou uma série de seminários ao longo do ano, discutindo temas como a longevidade das instituições sociais, os desafios dos jovens pesquisadores e a contribuição da ciência na transformação social. Os resultados desses encontros foram compilados em publicações sobre os temas. Mais informações sobre o Prêmio Fundação Bunge em: http://www.fundacaobunge.org.br/projetos/premio-fundacao-bunge

INVESTIMENTOS EM PROJETOS DA FUNDAÇÃO BUNGE (EM MIL R$)			
	2013	**2014**	**2015**
Comunidade Educativa	1.533	1.423	1.544
Prêmio Fundação Bunge	1.246	1.106	1.275
Centro de Memória Bunge	831	1.080	1.039
Projeto Conhecer para Sustentar	122	3.171	----------
Comunidade Integrada	1.552	2.078	1.032
Despesas administrativas, financeiras e com comunicações	3.494	4.020	4.514
Total	**8.781**	**12.838**	**9.404**

Saiba mais sobre a Fundação Bunge em www.fundacaobunge.org.br

Gestão na cadeia de valor

G4-2

A Bunge não detém a gestão total dos processos agrícolas estabelecidos para a produção dos insumos utilizados na fabricação de alimentos e ingredientes. Por isso, a promoção da agricultura sustentável é um ponto de atenção na cadeia de valor da companhia, cujos impactos são de grande interesse dos nossos públicos de relacionamento.

Em função disso, nos empenhamos permanentemente em sensibilizar e capacitar os parceiros comerciais para que a produção respeite os direitos dos trabalhadores e não traga danos ao meio ambiente; e também para que os recursos naturais sejam aproveitados racionalmente e o desenvolvimento socioeconômico resulte em benefícios para a sociedade local e para o país. Assim, reforçamos nosso compromisso com a produção sustentável e procuramos garantir a segurança no abastecimento futuro de matérias-primas e alimentos. Para isso, estabelecemos regras rígidas de qualidade para todos os fornecedores e realizamos constantes verificações de conformidade. Ao fim de 2015, 100% dos fornecedores cumpriam a política de compras da Bunge.

G4-FP1

O foco da nossa cadeia de suprimentos está no comércio de *commodities* agrícolas. A Bunge origina (adquire) grãos de regiões produtoras de todo o país e os entrega a diferentes mercados de consumo do Brasil e do mundo. Também os transforma em insumos para as indústrias de alimentação animal e humana e para a produção de biodiesel. A Bunge também origina o óleo de palma diretamente de *traders* e é produtora primária de cana-de-açúcar e derivados, como açúcar, etanol e bioeletricidade. Além disso, revende fertilizantes agrícolas para produtores da cadeia de abastecimento.

G4-12

Nosso objetivo é estabelecer relacionamentos próximos, transparentes e duradouros com produtores rurais, visando a produção sustentável e a segurança alimentar.

Temos relacionamento direto com mais de 8.500 fornecedores anualmente. Isso nos leva a assumir a corresponsabilidade na adoção e manutenção de critérios socioambientais e legais que estimulem, de forma justa e correta, o cultivo no campo.

Assim, atuamos com rigor para garantir que nossos fornecedores estejam alinhados às regras do novo Código Florestal brasileiro, por exemplo. Para isso, mantemos sistematicamente atualizado um rigoroso cadastro de fornecedores e os gestores são informados de quaisquer intercorrências que possam afetar a garantia dos padrões da companhia.

Durante 2015, a empresa manteve os controles relacionados à Moratória da Soja[1], à não utilização de trabalho escravo e infantil e às determinações de embargo geradas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), entre outros. Nosso objetivo é estabelecer relacionamentos próximos, transparentes e duradouros com produtores rurais que tenham responsabilidade não só do ponto de vista ambiental, mas também das condições de trabalho e de vida dignas para seus colaboradores e suas famílias. Assim, os produtores rurais parceiros devem manter instalações e ambientes adequados para o bom desempenho de suas atividades.

Em contrapartida, a Bunge oferece aos parceiros uma estrutura logística robusta, que engloba silos, fábricas, terminais portuários e escritórios comerciais. Todos os nossos esforços se voltam para a promoção de relacionamentos sustentáveis, cuja base é a geração de valor para a empresa, para o produtor e para suas regiões, em busca de crescimento sustentável e contínuo.

A partir desse ponto de vista, consideramos que os atuais marcos regulatórios do Código Florestal brasileiro, por serem mais claros, podem sustentar relacionamentos com as próximas gerações de produtores rurais. A empresa valorizará cada vez mais a produção em áreas antes degradadas e associadas ao uso de tecnologias que aumentem a produtividade, ou seja, que possibilitem uma produção cada vez maior sem a necessidade de abrir novas áreas para atender à crescente demanda global de alimentos e energia.

Em 2015, a Bunge manteve sua adesão à Moratória da Soja, à não utilização de trabalho escravo e infantil e às determinações de embargo do Ibama.

Novo compromisso: eliminar o desflorestamento das cadeias de fornecimento agrícola

A Bunge acredita que todos os ciclos produtivos agrícolas devem ser ambientalmente sustentáveis e devem beneficiar as comunidades locais em termos econômicos e sociais. Nossa empresa se compromete a aplicar políticas em seus negócios e em suas cadeias de valor que refletem essas crenças, e a colaborar com as partes interessadas, produtores e consumidores, para desenvolver abordagens práticas que permitam a implementação em grande escala.

Com esta visão, a Bunge Limited publicou, em setembro de 2015, sua Política de Não Desflorestamento, com abrangência global. Por meio deste compromisso, a Bunge se compromete a:

- Eliminar o desflorestamento de suas cadeias de suprimentos agrícolas ao redor do mundo, empregando metodologias comprovadas que incorporam proteção de carbono e de biodiversidade;
- Respeitar os direitos de comunidades locais e indígenas e aplicar o consentimento livre e informado com antecedência na compra e uso de terras;
- Melhorar a rastreabilidade e transparência de cadeias de suprimentos-chave;
- Divulgar publicamente os progressos obtidos em nossos esforços.

Em 2016, especialistas das frentes de negócio irão trabalhar, de forma global, para definir o plano de implementação dos compromissos assumidos, avaliando cenários, prazos, regiões e outras questões relevantes. O resultado deste trabalho será validado pelo Comitê Executivo da Bunge Limited (acesse o conteúdo completo da nova política em www.bunge.com.br/sustentabilidade/politicas).

Transparência nos relacionamentos

G4-EN32 G4-EN33 G4-LA14 G4-LA15 G4-HR10 G4-HR11

A gestão de nossa cadeia de fornecedores segue critérios uniformes e transparentes, garantindo, em todos os casos, documentação legal que formaliza as interações, os formatos de administração e os comportamentos empresariais esperados pela companhia. Assim, a cada contrato, todos os fornecedores renovam seu compromisso com as questões socioambientais difundidas pela empresa, compartilhando práticas alinhadas com as premissas do desenvolvimento sustentável. Por isso, cláusulas ambientais, de direitos humanos e trabalhistas estão presentes em todos os contratos. Em 2015, não foram registradas queixas e reclamações relativas a desrespeito de direitos humanos entre os fornecedores da Bunge.

G4-HR1 G4-HR12

Originação de grãos

Os fornecedores de grãos são acompanhados pela área Comercial de Originação, que segue diretrizes estabelecidas em conjunto com as equipes de Sustentabilidade e Jurídica Ambiental. A área Comercial é responsável por avaliar e gerenciar aspectos de fornecimento das *commodities* e, por isso, estabelece estreita relação com os produtores. Além de *checklist* específico em sustentabilidade para casos em que há compra antecipada, avalia-se também a garantia de fornecimento dos produtos contratados; a qualidade e conformidade dos grãos; os prazos e locais de entrega; a conformidade com leis e requisitos ambientais (áreas embargadas pelos órgãos ambientais); e o controle sobre a Lista de Trabalho Escravo, divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Principais riscos e impactos potenciais:

- Desmatamento ilegal e exaustão dos recursos naturais usados na agricultura
- Riscos à biodiversidade e consequências na produção
- Ocorrência de trabalho infantil e/ou análogo ao escravo por desrespeito às legislações trabalhistas e de direitos humanos
- Inadequação à legislação ambiental sobre áreas de reserva legal.

OBJETIVOS	RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2015
Controle sobre áreas de risco de uso de trabalho penoso análogo ao escravo.	A empresa manteve 100% de controle sobre os produtores que não respeitaram o pacto voluntário para erradicação do trabalho escravo. Em 2015, apenas um novo fornecedor foi bloqueado por estar na Lista de Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.
Controle sobre embargos do Ibama para produtos da cadeia de valor originários de desmatamento irregular.	No ano, 29 novos produtores foram bloqueados por estarem na lista de embargos do Ibama. O número total de produtores que permaneceram bloqueados foi de 195.
Incremento de ferramentas para sensibilizar produtores sobre questões de agricultura sustentável.	A Bunge apoia o Programa Soja Plus, em parceria com Abiove e Aprosoja (MT), que atua na sensibilização em agricultura sustentável nas principais áreas do cerrado. Em parceria com a The Nature Conservancy - TNC, também fomenta a disseminação de práticas sustentáveis em áreas de expansão dos cultivos.
Impedimento de originação de soja cultivada em áreas desmatadas após julho de 2008 no bioma amazônico.	Realizamos 22 novos bloqueios de fornecedores por desrespeito à Moratória da Soja. Ao fim de 2015, 69 produtores permaneciam bloqueados, o que demonstra que nossa cadeia de suprimentos tem respeitado nosso critério, ainda que grãos em desacordo possam chegar ao mercado por outras empresas não participantes do compromisso setorial.
Compra de grãos em conformidade com o Protocolo Verde de Grãos do Pará.	Em 2015, a Bunge implementou os critérios de compra do Protocolo do Pará que, entre outros itens, exige que todas as compras realizadas no Estado sejam feitas mediante nota fiscal e Cadastro Ambiental do Produtor, além da verificação das listas de embargo estadual e federal e lista de trabalho escravo do MTE.

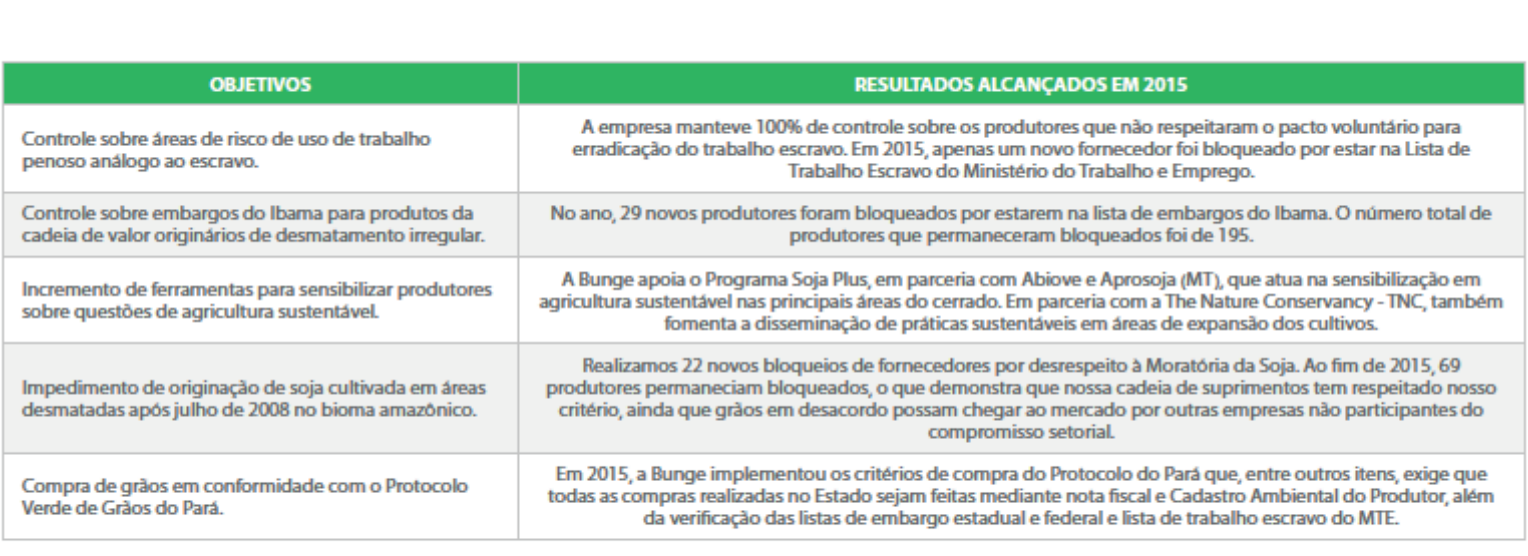
MONITORAMENTO DE CONFORMIDADE DA CADEIA DE FORNECIMENTO AGRÍCOLA						
	2013		2014		2015	
	Novos produtores bloqueados	Produtores que permaneceram vetados	Novos produtores bloqueados	Produtores que permaneceram vetados	Novos produtores bloqueados	Produtores que permaneceram vetados
Ibama	47	423	33	261	29	195
Moratória da Soja	6	43	0	36	22	69
Pacto Nacional Erradicação do Trabalho Escravo	6	13	0	13	1	13

Originação de cana-de-açúcar

A área de Açúcar & Bioenergia utiliza matéria-prima cultivada em áreas contratadas na modalidade de parceria agrícola e em áreas de fornecedores terceiros, que são avaliados em relação a critérios de qualidade, principalmente do teor de açúcar total recuperável (ATR) do produto. Os contratos de fornecimento são de longo prazo e seguem a mesma avaliação da originação de grãos, mas com especial cuidado às condições trabalhistas, visto que a Bunge é signatária do Compromisso Nacional para as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar e tem política própria que regula a gestão do tema.

Principais riscos e impactos potenciais:

- Ocorrência de trabalho infantil e/ou análogo ao escravo
- Alteração do ecossistema
- Poluição do solo e água
- Assoreamento de corpos hídricos
- Erosão e perda de solo
- Ausência ou uso incorreto de equipamentos de proteção individual (EPIs)
- Queimadas involuntárias.



Biomassa

Em todas as compras de biomassa, aplicamos um *checklist* de documentos de avaliação ambiental, trabalhista, de logística e informações fiscais, além de documentos específicos por fábrica, por produto e em alinhamento às legislações federal e estaduais. Os fornecedores devem apresentar a documentação solicitada antes da contratação e sempre que houver atualizações. É obrigatório o envio de Certidão Negativa de Débito no Ibama, de Embargo e também a consulta de ocorrência de trabalho escravo em lista do MTE. Entre a documentação específica, pode ser solicitada autorização/informativo de corte, comunicado de corte de frutíferas, declaração de isenção de autorização de corte, licença de operação, licença ambiental única e registro florestal estadual, conforme a legislação específica para o material adquirido e o Estado de origem.

Se alguma dessas condições não for atendida, a negociação é paralisada e as áreas de Biomassa Corporativa e Jurídica são imediatamente informadas para avaliar o risco da operação e obter autorização para a retomada dos negócios. Nos casos em que a análise demonstra que a compra é adequada, a negociaçao segue normalmente.

Ao receber a matéria-prima, realizamos também uma análise de riscos contidos nos Critérios Ambientais para Aquisição de Biomassas, conduzido por nossa equipe de Produtividade, Qualidade, Segurança e Meio Ambiente (PQSE).

Assim, há um primeiro *checklist* que aprova ou desaprova a compra, e um segundo que avalia se, mesmo com a documentação adequada, há riscos na negociação com o fornecedor, prevenindo intercorrências da responsabilidade compartilhada da Bunge, mesmo antes de o parceiro receber notificação/embargo. Caso a equipe entenda que algum parceiro ou combustível apresenta grande risco ambiental, social ou econômico à Bunge, é proposto um plano de ação para auxiliar o fornecedor na adequação de seu processo.

Em 2015, foram realizadas compras de biomassa de 158 fornecedores, sendo que 100% deles foram avaliados com base nos critérios de gestão de risco da empresa.

Principais riscos e impactos potenciais:

- Desmatamento ilegal e exaustão dos recursos naturais usados na agricultura
- Riscos à biodiversidade e consequências na produção
- Ocorrência de trabalho infantil e/ou análogo ao escravo por desrespeito à legislação trabalhista e de direitos humanos
- Inadequação à legislação ambiental sobre áreas de reserva
- Necessidade de variação das fontes de matriz energética para que a exclusão de um produto ou de um fornecedor não afete a operação da fábrica.

[1] Pacto realizado entre entidades representativas dos produtores e exportadores de soja, ONGs ambientais e o governo, em julho de 2006, prevendo a adoção de medidas contra o desmatamento da Amazônia. A iniciativa, da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove) e Associação Brasileira dos Exportadores de Cereais (Anec), obriga seus filiados a não comercializar soja originária de áreas desmatadas no bioma amazônico após julho de 2008.

Gestão e mitigação de impactos

Nossas operações diretas e indiretas podem ter consequências sobre a biodiversidade, afetando também a dependência de serviços ecossistêmicos. Assim, dispomos de um conjunto de medidas para avaliar tais impactos, que possam mitiga-los e promover a melhor gestão possível dos recursos naturais. Para tanto, foi elaborada uma política específica para biodiversidade, esclarecendo o posicionamento da empresa.

Política de Uso da Terra e Biodiversidade

No plano estratégico, corporativo e na tomada de decisões operacionais, a Bunge mantém uma política para orientar os processos de avaliação da empresa nos aspectos relacionados à biodiversidade e ao uso da terra. O conteúdo dessa política está em desenvolvimento, continuamente, com a realização de trabalhos e planos de ação, além de ser objeto de consulta às partes interessadas do Brasil e de outros países desde 2010.

São princípios da Política de Uso da Terra e Biodiversidade da Bunge:

1. **Melhorar avaliações e aplicabilidades**

A Bunge é ciente de sua responsabilidade em consequência das atividades de originação e seus impactos sobre a biodiversidade e o uso da terra. Assim, promove o uso eficiente de recursos naturais a fim de poder fornecer produtos em quantidade e qualidade que atendam às necessidades globais de alimentação.

Neste Relatório podem ser acompanhadas as evoluções dos produtores em adesão aos padrões de originação da empresa, bem como os trabalhos realizados para sua melhoria.

2. **Garantir produtos adequados aos mercados**

A empresa tem foco em padrões aceitáveis de uso florestal que garantam a disponibilidade de terra para agricultura em respeito às legislações locais e às referências assumidas.

Nesse contexto, a empresa está engajada para a transição da Moratória da Soja, que continuou vigente durante 2014 e em transição até maio de 2016[1]. Clientes e fornecedores fazem parte do grupo de trabalho para garantir que os produtos estejam adequados aos mercados atendidos. No final de 2015, foi publicada a nova Política de Não Desflorestamento que entre seus objetivos estabelece o compromisso de eliminar o desflorestamento da cadeia de fornecimento agrícola da Bunge, globalmente. Para mais informações veja em Promoção da agricultura sustentável.

3. **Assegurar prontidão estratégica para adoção de padrões**

A empresa estará pronta para aderir a padrões de certificação de mercado, sob demanda e reconhecimento de seus clientes.

Assim, trabalhamos com as certificações por meio do selo 2BSvs, para soja destinada ao mercado europeu de biodiesel, e Bonsucro, destinada ao mercado global de etanol e açúcar. Detemos ainda as certificações do mercado norte-americano com base no EPA e CARB para todo o etanol produzido.

4. **Promoção de melhores práticas**

A Bunge acredita que a identificação e a comunicação das melhores práticas entre seus fornecedores, incluindo a recuperação de áreas degradadas, é a chave para promover a sustentabilidade no campo.

A Bunge apoia o programa Soja Plus, por meio da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), que interage com um número cada vez maior de produtores da região dos Cerrados, disseminando as melhores práticas agrícolas e trabalhistas. A Bunge manteve a parceria com a ONG The Nature Conservancy (TNC) para levar as melhores práticas de cultivo e desenvolvimento ambiental em regiões agrícolas mais sensíveis.

5. **Soluções abrangentes e comunidades locais**

A Bunge encoraja a execução de serviços ambientais que conduzam à melhoria socioambiental das comunidades onde opera. A empresa reconhece o direito de pequenos proprietários e de indígenas a condições adequadas de vida e a interações com os negócios, promovendo responsabilidade social em acordo com as melhores práticas aprovadas pelos órgãos oficiais.

Dentro deste tema, a Bunge não tem contratos de fornecimento de cana-de-açúcar produzida em terra onde prevalece contencioso com comunidades indígenas sobre as mesmas. Em nossos negócios, novamente não houve casos de violação de direitos indígenas no período reportado.

Com relação a demandas de comunidades locais relativas à mosca do estábulo, durante 2015, informamos que a Usina Ouroeste realiza a aplicação da vinhaça em seus canaviais de forma adequada, seguindo o PAV (Plano de Aplicação da Vinhaça), conforme autorização da Cetesb, órgão ambiental competente. A empresa adota medidas de controle para evitar qualquer incômodo decorrente dessa aplicação, inclusive monitorando a presença da mosca e os pontos de proliferação. É importante mencionar que o trabalho realizado para monitorar e diminuir a infestação conta com a parceria dos pecuaristas, uma vez que a mosca está presente no estábulo. **G4-HR8**

6. **Biotecnologia e biocombustíveis**

A Bunge promove a adoção de tecnologias que encorajem práticas agrícolas sustentáveis. A empresa considera que a biotecnologia, quando apropriadamente aplicada, pode ser uma ferramenta para melhorar a produção e diminuir o uso de recursos naturais escassos, como água, terra arável e nutrientes. A empresa promove o desenvolvimento da indústria global de biocombustíveis com base nos princípios do consumo e produção sustentável, equilibrando as demandas por alimentos, fibras e combustíveis. Os produtos oriundos da biotecnologia são rotulados de acordo com legislação nacional, havendo acordos comerciais entre o Brasil e países importadores para que os controles sejam efetivos. Como principal exportadora do agronegócio no país, a Bunge atua como protagonista neste controle, respeitando as necessidades de seus clientes no mercado nacional e internacional.

Com relação ao desenvolvimento tecnológico do Etanol, a Bunge é acionista do Centro de Tecnologia Canavieira, CTC. Fundado há mais de 40 anos, o CTC é responsável pela evolução genética da cana e do papel de vanguarda do Brasil na produção de açúcar e etanol. Uma empresa brasileira que é referência mundial no desenvolvimento de um produto que destaca o nosso País como maior produtor de uma fonte renovável e limpa de energia.

[1] Em maio de 2016, a Moratória da Soja foi renovada por prazo indefinido.

+ TNC e Soja Plus

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da agricultura sustentável no Brasil, no fim de 2012 firmamos uma parceria com a The Nature Conservancy (TNC), organização não governamental líder em conservação ambiental. Por meio da iniciativa, a Bunge se comprometeu a investir US$ 4 milhões em cinco anos para que fornecedores de grãos instalados em municípios do centro-norte de Mato Grosso e oeste baiano passassem a receber apoio técnico da TNC para o cumprimento integral do novo Código Florestal brasileiro e para a adoção de melhores práticas sustentáveis de cultivo.

Tanto no Mato Grosso quanto na Bahia, a meta é ampliar expressivamente a adoção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na cadeia de abastecimento da empresa, assegurando que nossos produtores obtenham a regularização antes mesmo do prazo estabelecido pela legislação. A ação também aumenta a capacidade do poder público de planejar e monitorar a ocupação do território, o que é essencial para a conservação ambiental.

A atuação responsável e alinhada às novas diretrizes da legislação ambiental é imprescindível para atender a crescente demanda por investimentos logísticos que melhorem a produtividade e o escoamento dos grãos.

Na região do corredor logístico da BR-163 e dos municípios mato-grossenses, a parceria cria um impacto positivo para a criação de paisagens produtivas sustentáveis, além de permitir maior cuidado com os remanescentes de florestas. O objetivo é desenvolver um planejamento de uso do solo e um sistema de monitoramento para a região influenciada pelo terminal de transbordo de grãos em Miritituba (PA) e sobre a expansão agrícola a partir das localidades de originação no Mato Grosso.

Além disso, em municípios no entorno do transbordo de Miritituba (PA) estão sendo criados sistemas de planejamento e monitoramento, avaliação da governança local para os ativos florestais e controle do desmatamento.

No final de 2015, as seguintes etapas foram realizadas:

Pará

- Monitoramento da região de influência do transbordo de Miritituba;
- Avaliação do histórico de desmatamento territorial e suas tendências em Unidades de Conservação e Terras Indígenas;
- Desenvolvimento do Portal Ambiental Municipal (PAM) a ser disponibilizado para os municípios de Itaituba (que contempla o distrito de Miritituba) e Trairão;
- Realização de oficinas para fomento à regularização das propriedades rurais junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), na região do Rio Tapajós;
- Constituição do Comitê do Pacto contra o Desmatamento Ilegal, no município de Itaituba, com apoio do projeto;
- Assinatura do Pacto pela Regularização Ambiental e Produção Sustentável do Município de Trairão, com apoio do projeto.

Mato Grosso

- Identificação de áreas aptas à intensificação de cultivos, alinhadas com o conceito de agricultura sustentável preconizado pela FAO;
- Capacitação de técnicos ambientais de sete prefeituras para inserção de dados do Cadastro Ambiental Rural no Sistema Federal.

Bahia

- Finalização do levantamento cartográfico do município de Luís Eduardo Magalhães;
- Análise sobre o potencial de implementação de políticas para pagamento de serviços ambientais no oeste da Bahia;
- Estudo sobre a situação de disponibilidade hídrica para a região do oeste da Bahia.
- Workshop sobre Boas Práticas Agrícolas e Água realizado no oeste da Bahia.

Apoio ao desenvolvimento sustentável no campo

Para a proteção da biodiversidade, a Bunge também apoia o Programa Soja Plus, conduzido pela ABIOVE, que dissemina boas práticas agrícolas e de gestões econômica, social e ambiental a produtores rurais. Na ação, supervisores de campo (engenheiros florestais e agrônomos) capacitam proprietários e seus funcionários, prestando assistência técnica individual, realizando oficinas, cursos, dias de campo e oferecendo ferramentas para aprimorar a gestão das propriedades. O objetivo é reforçar que é possível conciliar a produção agrícola com a conservação dos recursos naturais e ainda proporcionar a melhoria da saúde e da segurança no trabalho rural.

O Programa Soja Plus foi criado há cinco anos e hoje está implementado nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Minas Gerais. O objetivo é melhorar a gestão das fazendas para atender às demandas de mercado por produtos sustentáveis.

Em 2015, supervisores de campo realizaram assistência técnica individualizada com avaliação de 180 indicadores socioambientais em 780 fazendas nos quatro Estados. Ainda dentro do programa, foram realizados seis seminários, um workshop e nove dias de campo. As fazendas atendidas nos estados plantam 2,2 milhões de hectares de soja, com produção de 6,6 milhões de toneladas.

O ciclo de visitas e assistência está mais amadurecido no Mato Grosso, com a adesão de produtores responsáveis por aproximadamente 1,3 milhão de hectares de soja, área equivalente a 15% da área plantada no Estado. Lá, desde 2011, foram realizadas 29 oficinas e dias de campo sobre o cumprimento da rigorosa legislação social brasileira, para 4.630 produtores rurais. No mesmo período, foram oferecidos cursos de 16 horas para 1.329 produtores e gerentes sobre saúde e segurança no trabalho, com ênfase na qualidade de vida dos trabalhadores rurais. Foram confeccionados diversos materiais técnicos, como livros didáticos e cartilhas técnicas para subsidiar a capacitação.

A ação não é impositiva, mas inclusiva, transparente e gratuita, ao contrário de programas de certificação, que criam expectativas de premiação sobre a produção, o que nem sempre ocorre no mercado de *commodities*.

Mais informações sobre o programa em www.sojaplus.org.br

+ Moratória da Soja[3]

Nossa atuação respeita também a Moratória da Soja, compromisso voluntário criado em 2006, que gera restrições à soja produzida no bioma amazônico brasileiro.

Em 2014, a Moratória da Soja iniciou um período de transição válido até 31 de maio de 2016, a fim de que fossem assegurados os novos marcos legais da legislação ambiental (Código Florestal e Cadastro Ambiental Rural). O Grupo de Trabalho da Soja (GTS), composto por empresas e associações do mercado comprador, bem como consumidores finais, ONGs, representantes do governo e agentes financeiros, firmou um novo compromisso para esta fase transitória, incluindo os seguintes pontos:

- Não comercializar, adquirir e financiar soja oriunda de áreas que tenham sido desflorestadas no bioma amazônia após julho de 2008, bem como as que constem na lista de áreas embargadas por desmatamento do Ibama e/ou lista de trabalho análogo ao escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- As organizações da sociedade civil participantes do GTS se comprometem a: fornecer informações e assessoria técnica especializada no que se refere à correta e efetiva implementação do acordo; e defender interna e externamente a criação de mecanismos de incentivo à remuneração por prestação de serviços ambientais e preservação de florestas nas propriedades rurais cobertas pelo termo de compromisso.
- O Ministério do Meio Ambiente se compromete a: a) apoiar a implementação do CAR e do PRA, dando prioridade aos municípios produtores de soja no bioma amazônia, em estreita relação com os órgãos estaduais de meio ambiente; b) em cooperação com os demais órgãos do governo, defender em fóruns nacionais e internacionais o desenvolvimento de programas de reconhecimento à produção sustentável de soja no Brasil; c) articular incentivos aos produtores que adotem programas consistentes de proteção das florestas existentes em suas propriedades, bem como iniciativas de recomposição de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal. Caberá ao MMA, por meio do Ibama, a fiscalização dos polígonos de soja plantada em áreas desmatadas após julho de 2008.

Apenas 0,79% área plantada com soja na Amazônia está em desacordo com a Moratória

O mapeamento em áreas desmatadas do bioma amazônia concluiu que, no 8º ano da Moratória da Soja (safra 2014/2015), foram identificados 28.768 hectares com a oleaginosa. A Bunge não adquiriu os grãos provenientes desses plantios.

De acordo com os dados do monitoramento, 28.768 hectares de soja em desacordo com a Moratória representam apenas 0,79% da área cultivada com a oleaginosa nesse bioma. A transição visa o emprego de ferramentas mais efetivas para a sustentabilidade do sistema.

[3] Em maio de 2016, a Moratória da Soja foi renovada por prazo indefinido.

Avaliação de riscos e oportunidades

Condições climáticas adversas e mudanças no padrão de clima podem afetar a disponibilidade, a qualidade e o preço das *commodities* agrícolas e seus derivados, com efeitos expressivos na originação de matéria-prima e, como decorrência, nas operações e no resultado da empresa. Os potenciais impactos físicos das mudanças climáticas são incertos e podem variar conforme a região e o cultivo, podendo incluir alterações nos padrões de precipitação, escassez de água, intensidade e alteração dos níveis de temperatura.

A empresa identifica e acompanha qualitativamente todos os riscos e as oportunidades relacionados às mudanças climáticas e considera relevantes os estudos disponíveis sobre o tema, em especial o relatório preparado pela Unicamp e pela Embrapa.

Clique aqui para baixar o relatório.

G4-EC2

Diferentemente de 2014, em 2015 não ocorreram fenômenos climáticos adversos tão significativos para as operações da empresa. Apesar disso, o uso eficiente de água em nossas operações segue sendo prioridade de nossa gestão operacional, com a implantação de aprimoramentos e melhorias.

O Brasil precisa aumentar a produção de grãos em 40% para suprir a demanda global de alimentos entre 2010 e 2020, sem abandonar o foco na redução das emissões.

Fonte: Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (GV Agro)

Certificações em sustentabilidade

G4-FP2

O agronegócio é atualmente responsável por grande parte do resultado econômico-financeiro da economia brasileira. É um setor em constante crescimento, que promove a geração de emprego e renda, divisas, inovação e conhecimento, além do desenvolvimento de uma matriz energética renovável.

No caso específico de biocombustíveis, a União Europeia publicou em 2009 a Diretiva conhecida como *Renewable Energy Directive* (RED), que exige que seus estados-membros aumentem a quota de energia renovável até 2020. Ainda que tenha sofrido revisões, a RED estabelece requisitos de sustentabilidade na produção de biocombustíveis e suas matérias-primas, envolvendo a produção de biomassa e definindo percentuais de redução na emissão de gases de efeito estufa (GEE), que podem ser comprovados por padrões de certificação.

Da mesma forma, o governo dos EUA, por meio da *Environmental Protection Agency* (EPA), também estabeleceu critérios de sustentabilidade aplicáveis na importação de etanol de cana-de-açúcar e seus derivados, que incluem dados sobre as emissões de GEE na produção da biomassa.

Ciente dessas tendências, a Bunge Brasil, em seu negócio de Açúcar & Bioenergia, atua desde 2011 no mercado de açúcar e etanol certificados, conforme o padrão Bonsucro. Atualmente, são três usinas certificadas, produzindo aproximadamente 4,2 milhões de toneladas de cana-de-açúcar certificada, o que permite a comercialização de etanol e açúcar em locais que exigem a certificação.

Certificação de soja sustentável

A Bunge atua desde 2012 no mercado de soja certificada para exportação à Europa. Nesse caso, é utilizado o padrão *Biomass Biofuel Sustainability Voluntary Scheme* (2BSvs) que, assim como o Bonsucro, é reconhecido pela Diretiva Europeia para a produção sustentável de biocombustíveis. Em 2015, foram exportadas cerca de 360 mil toneladas de soja certificadas nesse padrão – volume 50% superior ao exportado em 2014.

O padrão 2BSvs determina alguns critérios para que a biomassa seja considerada sustentável. Entre eles, destacamos:

- A soja não pode ser produzida em áreas desmatadas após janeiro de 2008;
- As fazendas não podem estar localizadas no interior (ou adjacentes, num raio de 10 km) de unidades de conservação ou terras indígenas;
- As fazendas devem respeitar a legislação ambiental;
- A soja não pode ser plantada em áreas de turfeiras ou alagadas.

Uso racional e sustentável

A água é utilizada diretamente em nossos processos produtivos e em serviços e utilidades nas nossas unidades industriais. Por isso, sua gestão tem importância estratégica. A maior parte da água que consumimos é obtida por captação superficial; o restante advém de poços e concessionárias de abastecimento.

Nenhuma fonte hídrica é considerada significativamente afetada pelas atividades industriais das unidades de Agronegócio e Alimentos & Ingredientes. Já em Açúcar & Bioenergia, a Usina Moema está localizada em área de baixa disponibilidade hídrica, a bacia hidrográfica do rio Turvo, o que levou a empresa a assumir o compromisso com o órgão ambiental competente de redução do consumo de água por tonelada de cana-de-açúcar processada. Essa bacia está localizada em uma área bastante antropizada (alterada pela ação humana), na transição entre os biomas do Cerrado e da Mata Atlântica, com alguns locais relevantes para a biodiversidade.

G4-EN9

TOTAL DE RETIRADA DE ÁGUA POR FONTE (M³/TONELADA PRODUZIDA) G4-EN8			
Açúcar & Bioenergia			
	2013	**2014**	**2015**
Superficial (rios e lagos)	21.302.275	33.750.762	31.013.245
Subterrânea (poços)	3.609.108	2.528.181	2.386.192
Concessionária de abastecimento	-	-	-
Água de chuva	-	-	-
Total	**24.911.382**	**36.278.943**	**33.399.437**
M³ água/t produzida	1,31	1,85	1,65
Variação % (2015-2014)		-10,81%	
Agronegócio			
	2013	**2014**	**2015**
Superficial (rios e lagos)	482.045	446.690	507.295
Subterrânea (poços)	3.113.490	3.036.744	3.328.177
Concessionária de abastecimento	369.119	488.401	534.877
Água de chuva	-	-	-
Total	**3.964.654**	**3.971.835**	**4.370.349**
M³ água/t produzida	0,49	0,48	0,51
Variação % (2015-2014)		6,25%	
Alimentos & Ingredientes			
	2013	**2014**	**2015**
Superficial (rios e lagos)	2.475.431	1.110.580	516.774
Subterrânea (poços)	896.373	616.810	356.662
Concessionária de abastecimento	324.130	399.954	497.098
Água de chuva	-	-	-
Total	**3.695.934**	**2.127.344**	**1.370.534**
M³ água/t produzida	1,61	1,00	0,71
Variação % (2015-2014)		-29%	
Bunge Brasil			
	2013	**2014**	**2015**
Superficial (rios e lagos)	24.259.751	35.308.032	32.037.314
Subterrânea (poços)	7.618.971	6.181.735	6.071.031
Concessionária de abastecimento	693.249	888.355	1.031.975
Água de chuva	-	-	-
Total	**32.571.971**	**42.378.122**	**39.140.320**
M³ água/t produzida	1,11	1,41	1,27
Variação % (2015-2014)		-9,92%	

A Bunge Brasil deu mais um importante passo para atingir sua meta global de redução de consumo de água. O compromisso assumido em 2013 busca a redução de 3% no consumo específico de água até 2016 (com base no consumo do ano de 2013). Em 2015, a redução no consumo de água chegou a 9,92%, índice que só foi possível graças à melhoria dos processos e à excelência operacional.

Também buscamos promover a reutilização da água como forma de diminuir o impacto no consumo. A unidade de Nova Mutum (MT), da área de Agronegócio, possui sistema de reúso dos efluentes líquidos tratados para irrigação das áreas de plantio de biomassa (lenha para consumo na unidade industrial). Na unidade do Jaguaré (SP), de Alimentos & Ingredientes, todo o efluente gerado na área industrial é coletado e tratado para reúso em caldeiras e torres de resfriamento. Já nas usinas de Açúcar & Bioenergia, o processo de fabricação de etanol gera como efluente a vinhaça, que é reutilizada como insumo agrícola por conter potássio, elemento importante para o crescimento do canavial e benéfico como nutriente ao solo. Misturada à água residuária, a vinhaça é utilizada na fertirrigação dos canaviais. A usina Moema, por exemplo, adota sistema de tratamento de água das cinzas da caldeira e altera o processo de recebimento de cana-de-açúcar, eliminando a necessidade de lavagem dessa matéria-prima.

A meta de reduzir em 3% o consumo de água por tonelada produzida entre 2013 e 2016 não contempla as operações de atomatados, sob a gestão da Bunge desde agosto de 2012. Contudo, para maior transparência dos dados que têm impacto direto nas operações atuais, este Relatório considera os insumos e recursos utilizados pela área de atomatados em todos os cálculos e informações do período avaliado.

Unidade Araçatuba reduz captação de água do rio em 81%

Localizada no interior de São Paulo, a unidade de Araçatuba, de Alimentos & Ingredientes, é responsável pela produção de atomatados, temperos e molhos prontos. Araçatuba enfrentou, em 2015, o desafio de reduzir a captação superficial de água do ribeirão Baguaçu, principal recurso hídrico da cidade.

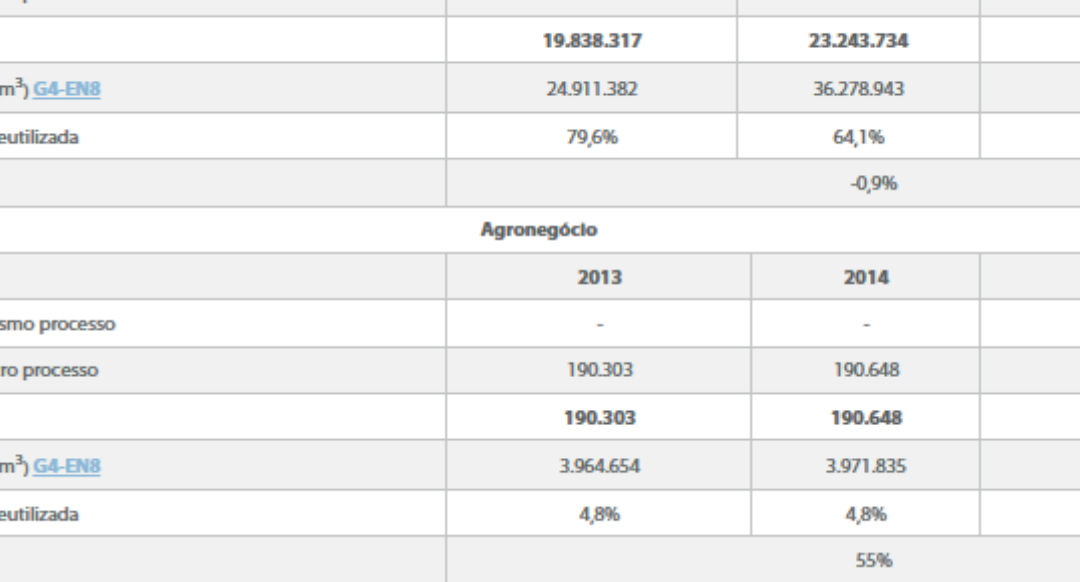
Para isso foi desenvolvido o projeto denominado Circuito das Águas, com o objetivo de reduzir o consumo de água utilizada no processo produtivo por meio da implantação de um regime fechado de circulação deste recurso. Dessa forma, a água que anteriormente era retirada, utilizada e então devolvida para o ribeirão, agora retorna à produção, não havendo mais a necessidade de captação contínua.

O sistema é composto por um reservatório com capacidade de 720 m³, onde a água captada é armazenada e então bombeada até o processo. Como retorna quente, a água passa por torres de resfriamento e é então encaminhada de volta para o reservatório. Um novo volume de água é captado apenas para reposição das perdas por evaporação nas torres de resfriamento.

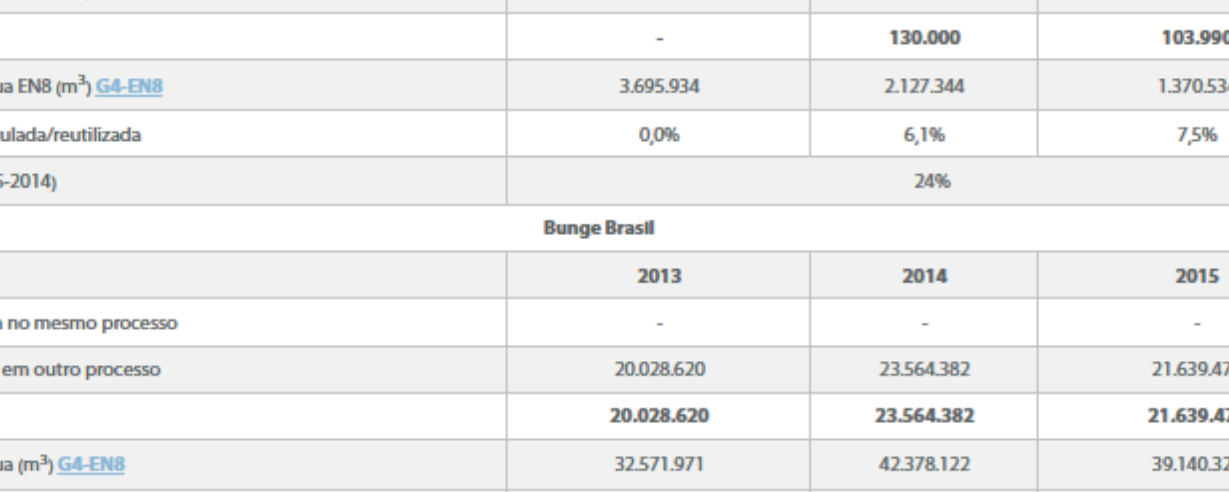
Esse reservatório é utilizado somente no período de safra. Em 2014, nos 70 dias da safra, foram consumidos aproximadamente 1.615.000 m³. Já em 2015, após a implantação do Circuito das Águas, captou-se apenas 300.000 m³, o que significa redução de 81,4%.

TOTAL DE ÁGUA RECICLADA/REUTILIZADA (M³) G4-EN10			
Açúcar & Bioenergia			
	2013	**2014**	**2015**
Água recirculada no mesmo processo	-	-	-
Água reutilizada em outro processo	19.838.317	23.243.734	21.209.854
Total	**19.838.317**	**23.243.734**	**21.209.854**
Captação de água EN8 (m³) G4-EN8	24.911.382	36.278.943	33.399.437
% de água recirculada/reutilizada	79,6%	64,1%	63,5%
Variação % (2015-2014)		-0,9%	
Agronegócio			
	2013	**2014**	**2015**
Água recirculada no mesmo processo	-	-	-
Água reutilizada em outro processo	190.303	190.648	325.631
Total	**190.303**	**190.648**	**325.631**
Captação de água EN8 (m³) G4-EN8	3.964.654	3.971.835	4.370.349
% de água recirculada/reutilizada	4,8%	4,8%	7,45%
Variação % (2015-2014)		55%	
Alimentos & Ingredientes			
	2013	**2014**	**2015**
Água recirculada no mesmo processo	-	-	-
Água reutilizada em outro processo	-	130.000	103.990
Total	-	**130.000**	**103.990**
Captação de água EN8 (m³) G4-EN8	3.695.934	2.127.344	1.370.534
% de água recirculada/reutilizada	0,0%	6,1%	7,5%
Variação % (2015-2014)		24%	
Bunge Brasil			
	2013	**2014**	**2015**
Água recirculada no mesmo processo	-	-	-
Água reutilizada em outro processo	20.028.620	23.564.382	21.639.475
Total	**20.028.620**	**23.564.382**	**21.639.475**
Captação de água (m³) G4-EN8	32.571.971	42.378.122	39.140.320
% de água recirculada/reutilizada	61,5%	55,6%	55,3 %
Variação % (2015-2014)		-0,54%	

Total de água captada, reciclada e reutilizada (m³)
G4-EN10



Percentual de água recirculada / reutilizada



Fontes renováveis na matriz energética

Por ter como meta a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a Bunge Brasil investe na redução do consumo de energia de suas unidades industriais, bem como na adoção de uma matriz energética renovável. Em 2015, mantivemos 94% da nossa matriz energética composta de fontes renováveis.

O consumo de energia está diretamente relacionado às mudanças climáticas, ao esgotamento de recursos naturais (fósseis) e à poluição do ar. Dessa forma, a gestão do consumo de energia é vista como uma oportunidade de redução de custos e de emissões de poluentes.

O consumo de energia direta e observado, principalmente, nos seguintes processos:

- Caldeiras (vapor e eletricidade)
- Plantio, colheita e transporte de cana-de-açúcar para as usinas
- Geradores de energia elétrica.

Cada planta industrial geradora usa desempenho para atingir esse metas, focando principalmente:

- Redução do consumo de energia direta dos processos
- Fomento e uso de energia renovável
- Otimização do uso dos equipamentos/máquinas que consomem energia elétrica, além da execução de sua manutenção preventiva.

Em 2015, as fontes renováveis representaram 94% da nossa matriz energética.

Em 2015, a área de Açúcar & Bioenergia adquiriu 20 Sistema Interligado Nacional (SIN) 570.043 MWh, 8,03% a mais que no ano de 2014. O montante é suficiente para abastecer as necessidades domésticas de aproximadamente 300 mil residências em um ano, sendo que a bioelectricidade de cana contribui para a redução das emissões de GEE por substituir outras fontes de origem fóssil, além de ser uma alternativa sustentável para aumentar a produção de energia utilizada em atividades produtivas da economia nacional.

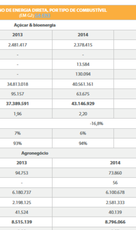
Em 2014, a empresa assumiu também o compromisso de reduzir o consumo de energia por tonelada produzida, em adição ao objetivo de reduzir na emissão de CO_2 e metas e reduzir o consumo de energia em 3%, no período de 2013 a 2016.

Em relação a 2014, houve redução de 4,76% no consumo de energia elétrica indireta no processo produtivo, passando de 0,063 para 0,060 GJ/t produzida. As diminuições foram possíveis graças à adoção contínua de iniciativas de melhoria na eficiência operacional nas unidades da companhia. A redução registrada no consumo de energia direta se deve, principalmente, à melhoria da eficiência do processo de queima do bagaço e geração de energia elétrica nas usinas de Açúcar & Bioenergia.

G4-EN6

A Bunge produz 100% da energia que consome em seus processos industriais. Isso porque nossas usinas de Açúcar & Bioenergia estão equipadas para a produção de energia limpa e renovável a partir da queima do bagaço da cana-de-açúcar. Em 2015, com capacidade instalada de 317 MW, as oito usinas geraram 985 GWh (1,8% mais que em 2014), o que supriu 100% do volume demandado pelas atividades produtivas da própria empresa no período. De nossas oito usinas, seis estão aptas, ainda, a exportar energia renovável para o Sistema Interligado Nacional (SIN). O volume exportado no ano passado corresponderia a 58% da energia produzida pela Bunge no período – 7,8% mais que no ano anterior. Nos últimos três anos, houve gradativo incremento da capacidade de geração das usinas de Pedro Afonso e Moema.

Unidade do Jaguaré investe na redução do consumo de energia



Situada no bairro do Jaguaré, na cidade de São Paulo, a unidade de menor porte, de Alimentos & Ingredientes, passou por uma completa renovação de seu sistema de refrigeração industrial, responsável pelo processo de cristalização de margarina e gorduras, além do resfriamento de câmaras de estocagem de produtos.

O antigo sistema, 100% manual, operava há mais de 40 anos com 11 unidades compressoras e opera de forma 100% automática. O funcionamento do sistema é modulado, ou seja, os compressores ficam ligados somente à demanda momentânea no processo produtivo, o que os torna extremamente eficientes do ponto de vista energético, gerando uma economia potencial no consumo de energia elétrica de mais de 2.200 MWh/ano. O sistema de condensadores também foi substituído por equipamentos mais modernos e com alta eficiência no consumo de água, com previsão para a redução de mais de 10.000 m^3/ano de água.

Outro ganho importante do novo sistema está na segurança de sua operação com um inventário de amônia 40% menor e um sistema totalmente automatizado, os riscos de vazamentos, de exposição dos colaboradores e da comunidade do entorno foi significativamente reduzido.

BALANÇO ENERGÉTICO DAS USINAS DE AÇÚCAR & BIOENERGIA

	2013	2014	2015
Capacidade instalada (MW)	314	317	317
Geração (MWh)	702.004	967.634	985.164
Exportação ao SIN (MWh)	322.734	527.658	570.043
Consumo	379.270	439.976	422.247

ENERGIA ELÉTRICA GERADA (MWH) / BAGAÇO QUEIMADO (GJ)

2013	2014	2015
0,020*	0,023*	0,029

* Valores corrigidos devido a ajustes na metodologia de cálculo

CONSUMO INTERNO DE ENERGIA DIRETA, POR TIPO DE COMBUSTÍVEL (GRI G4)

Açúcar & bioenergia

	2013	2014	2015
Óleo-diesel	2.481.417	2.378.415	2.380.759
Gás liquefeito de petróleo	-	-	4.357
Madeira ou resíduo de madeira	-	11.584	564.460
Outros combustíveis sólidos primários de biomassa	-	130.094	-
Bagaço de cana	34.813.018	40.565.161	34.138.317
Etanol	90.157	63.675	75.914
Total	**37.388.593**	**43.146.929**	**37.163.806**
GJ energia/t produzida GRI G4-EN5	1,96	2,20	1,83
Variação % (2015-2014)			-16,8%
% energia não renovável	7%	6%	6%
% energia renovável	93%	94%	94%

Agronegócio

	2013	2014	2015
Óleo-diesel	94.753	73.860	74.621
Gás liquefeito de petróleo	-	56	0
Madeira ou resíduo de madeira	6.180.737	6.108.678	6.026.133
Outros combustíveis sólidos primários de biomassa	2.198.125	2.581.333	2.617.136
Bagaço de cana	41.524	40.339	55.732
Total	**8.515.139**	**8.796.066**	**8.733.117**
GJ energia/t produzida GRI G4-EN5	1,05	1,01	1,02
Variação % (2015-2014)		-4,67%	
% energia não renovável	1%	1%	1%
% energia renovável	99%	99%	99%

Alimentos & Ingredientes

	2013	2014	2015
Gás natural líquido	585.699	510.657	589.753
Óleo-de-xisto	3.430	4.351	1.120
Óleo-diesel	769	1.620	788
Gás liquefeito de petróleo	83.141	89.359	86.493
Madeira ou resíduo de madeira	415.492	471.037	307.089
Total	**1.151.530**	**1.077.024**	**985.243**
GJ energia/t produzida GRI G4-EN5	0,5	0,51	0,52
Variação % (2015-2014)		1,88%	
% energia não renovável	58%	56%	69%
% energia renovável	42%	44%	31%

Bunge Brasil

	2013	2014	2015
Gás natural líquido	585.699	510.657	589.753
Óleo-de-xisto	3.430	4.351	1.120
Óleo-diesel	2.576.938	2.453.895	2.456.167
Gás liquefeito de petróleo	83.141	89.415	90.850
Madeira ou resíduo de madeira	6.610.229	6.585.299	6.807.681
Outros combustíveis sólidos primários de biomassa	2.198.125	2.711.427	2.617.136
Bagaço de cana	34.854.541	40.601.300	34.194.049
Etanol	95.157	63.675	75.914
Total	**47.056.261**	**53.020.020**	**46.822.670**
GJ energia/t produzida	1,6	1,77	1,53
Variação % (2015-2014)		-13,56%	
% energia não renovável	7%	6%	6%
% energia renovável	93%	94%	94%

CONSUMO INTERNO DE ENERGIA ELÉTRICA (SIN) (GRI G4)

Açúcar & Bioenergia

	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ/h)	27.787,32	25.401,25	25.656,12
GJ energia elétrica (GJ/h) produzida GRI G4-EN5	0,0015	0,0013	0,0013
Variação % (2015-2014)		0%	

Agronegócio

	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ/h)	1.325.341,13	1.210.604,56	1.137.658,85
GJ energia elétrica (GJ/h) produzida GRI G4-EN5	0,1639	0,1470	0,1315
Variação % (2015-2014)		-10,5%	

Alimentos & Ingredientes

	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ/h)	692.801,89	667.156,67	691.116,73
GJ energia elétrica (GJ/h) produzida GRI G4-EN5	0,3023	0,3133	0,3614
Variação % (2015-2014)		15,3%	

Bunge Brasil

	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ/h)	2.045.930,34	1.903.162,48	1.844.431,70
GJ energia elétrica (GJ/h) produzida GRI G4-EN5	0,070	0,063	0,060
Variação % (2015-2014)		-4,76%	

CONSUMO INTERNO DE ENERGIA ELÉTRICA (SIN)
(GRI G4)

Açúcar & Bioenergia

	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ/h)	27.787,32	25.401,25	25.656,12
GJ energia elétrica (GJ/h) produzida GRI G4-EN5	0,0015	0,0013	0,0013
Variação % (2015-2014)		0%	

Agronegócio

	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ/h)	1.325.341,13	1.210.604,56	1.137.658,85
GJ energia elétrica (GJ/h) produzida GRI G4-EN5	0,1639	0,1470	0,1315
Variação % (2015-2014)		-10,5%	

Alimentos & Ingredientes

	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ/h)	692.801,89	667.156,67	691.116,73
GJ energia elétrica (GJ/h) produzida GRI G4-EN5	0,3023	0,3133	0,3614
Variação % (2015-2014)		15,3%	

Bunge Brasil

	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ/h)	2.045.930,34	1.903.162,48	1.844.431,70
GJ energia elétrica (GJ/h) produzida GRI G4-EN5	0,070	0,063	0,060
Variação % (2015-2014)		-4,76%	

Emissões caem 7,87%

Em 2015, a taxa de emissões totais da Bunge Brasil registrou redução de 7,87% em relação a 2014. Essa redução está associada à diminuição do volume de bagaço de cana utilizado como combustível em nossas caldeiras. Apesar da diminuição da queima, a quantidade de energia elétrica gerada foi maior que em 2014, o que demonstra maior eficiência na queima do bagaço.

G4-EN19

EMISSÕES DIRETAS E INDIRETAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (ESCOPOS 1 E 2)
GRI G4-EN15, G4-EN16

Açúcar & Bioenergia

	2013	2014	2015
Escopo 1 – diretas (tCO_2e)	247.970	246.511	231.650
Escopo 2 – indiretas (tCO_2e)	781	956	886
Total	**248.711**	**247.466**	**232.537**
kg CO_2e/t produzida GRI G4-EN18	13,1	12,6	11,5
Variação % (2015-2014)		-8,73%	
Emissões Biogênicas (tCO_2e)	3.403.642	3.977.697	3.423.563

Agronegócio

	2013	2014	2015
Escopo 1 – diretas (tCO_2e)	27.767	26.782	27.188
Escopo 2 – indiretas (tCO_2e)	35.355	45.560	38.979
Total	**63.122**	**72.344**	**66.167**
kg CO_2e/t produzida GRI G4-EN18	7,8	8,0	7,7
Variação % (2015-2014)		-3,9%	
Emissões Biogênicas (tCO_2e)	1.136.811	1.163.139	1.157.334

Alimentos & Ingredientes

	2013	2014	2015
Escopo 1 – diretas (tCO_2e)	38.332	34.797	37.591
Escopo 2 – indiretas (tCO_2e)	18.481	25.108	23.880
Total	**56.813**	**59.905**	**61.488**
kg CO_2e/t produzida GRI G4-EN18	24,8	28,1	32,35
Variação % (2015-2014)		14,41 %	
Emissões Biogênicas (tCO_2e)	70.656	69.559	45.346

Bunge Brasil

	2013	2014	2015
Escopo 1 – diretas (tCO_2e)	314.069	308.091	296.429
Escopo 2 – indiretas (tCO_2e)	54.537	71.624	63.751
Total	**368.646**	**379.715**	**360.180**
kg CO_2e/t produzida GRI G4-EN18	12,5	12,7	11,7
Variação % (2015-2014)		-7,87%	
Emissões Biogênicas (tCO_2e)	4.610.909	5.210.395	4.626.241

Consumo interno de energia elétrica
(GJ/tonelada produzida)

G4-EN3 G4-EN5

Obs.: o cálculo de intensidade energética considera o volume de produção em toneladas. Os tipos de energia incluídos na taxa são combustível e eletricidade, consumidos dentro da empresa.

Desempenho continuamente melhorado

Em 2015, a Bunge Brasil registrou redução significativa na geração de resíduos sólidos em suas operações industriais, da ordem de 13%. Em todos os negócios, a proporção dos resíduos descartados de maneira sustentável aumentou significativamente. Esse aumento se deve ao aprimoramento e evolução dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS´s) implementados nas plantas industriais, bem como ao cumprimento da meta de redução de geração de resíduos.

O gerenciamento correto de resíduos sólidos e efluentes líquidos, com tratamento e destinação adequados e metas de redução, é essencial para diminuir o impacto nocivo à biodiversidade. A Bunge busca assegurar a destinação ambientalmente correta de seus resíduos industriais, principalmente insumos e embalagens, além de manter controles operacionais para a redução do consumo de matérias-primas. No Moinho de Santos (SP), por exemplo, o resíduo de farinha de trigo é direcionado a compostagem. Já nas usinas de Açúcar & Bioenergia, o subproduto do processo, a torta de filtro, é reutilizado na área agrícola no processo de fertilização dos canaviais. Com ações como essas, a empresa ampliou a destinação sustentável de seus resíduos industriais de 85% para 93% entre 2014 e 2015, o que equivale a 9,4% de melhoria.

Destinação de resíduos (em %)

G4-EN23

G4-EN24

DESCARTE DE ÁGUA POR QUALIDADE E DESTINAÇÃO (M3)
G4-EN22

Açúcar & Bioenergia

	2013		2014		2015	
Destinação	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*
Águas superficiais	-	-	4.356	-	4.482	-
Infiltração no solo	-	-	345.600	-	432.700	-
Reutilização	-	19.838.317	-	23.243.734	-	21.209.854
Total	-	**19.838.317**	**349.956**	**23.243.734**	**437.182**	**21.209.854**

Agronegócio

	2013	2014	2015
Destinação	ETE/Fossa	ETE/Fossa	ETE/Fossa
Águas superficiais	869.525	1.051.456	834.913
Reutilização	190.303	190.648	325.631
Total	**1.059.828**	**1.242.104**	**1.160.544**

Alimentos & Ingredientes

	2013		2014		2015	
Destinação	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*
Águas superficiais	233.956	2.160.000	-	900.828	278.938	300.000
Infiltração no solo	-	-	-	-	9.011	-
Reutilização	-	-	130.000	-	103.990	-
Rede de esgoto	705.404	-	603.098	-	68.874	-
Total	**939.360**	**2.160.000**	**733.098**	**900.828**	**460.813**	**300.000**

Bunge Brasil

	2013		2014		2015	
Destinação	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*
Águas superficiais	1.103.481	2.160.000	1.055.812	900.828	1.118.333	300.000
Infiltração no solo	-	-	345.600	-	441.711	-
Reutilização	190.303	19.838.317	320.648	23.243.734	429.621	21.209.854
Rede de esgoto	705.404	-	603.098	-	68.874	-
Total	**1.999.188**	**21.998.317**	**2.325.158**	**24.144.562**	**2.058.539**	**21.509.854**

* O efluente considerado direto do processo abrange:
1. Alimentos & Ingredientes: Sistema de Criação de Vácuo dos concentradores da Unidade de Araçatuba, no qual a água é captada e lançada sem alterações significativas de sua qualidade.
2. Açúcar & Bioenergia: trata-se da vinhaça e da água residuária geradas no processo de fabricação do etanol, que é reutilizada no processo de fertirrigação dos canaviais.

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS POR TIPO
G4-EN23

Açúcar & Bioenergia

	2013	2014	2015
Resíduos não perigosos (t)	**8.982**	**4.800**	**5.746**
Recuperação e Reutilização	1.561	59	1.112
Reciclagem	4.752	3.861	3.832
Landfarming	-		-
Compostagem	-	69	96
Incineração com recuperação de energia	-		-
Aterro	2.668	809	364
Incineração sem recuperação de energia	-	-	-
Armazenagem no local	-	-	-
Outros	-	2	342
Resíduos perigosos (t)	**1.057**	**925**	**1.190**
Recuperação e Reutilização	767	402	305
Reciclagem	270	104	335
Incineração com recuperação de energia	-		-
Incineração sem recuperação de energia	6	158	126
Aterro	13	120	53
Armazenagem no local	-		-
Outros	-	141	11
Coprocessamento	-	-	360
Total	**10.038**	**5.725**	**6.936**
kg Resíduo/t produzida	0,53	0,29	0,34
Variação % (2015-2014)		17,20%	

Agronegócio

	2013	2014	2015
Resíduos não perigosos (t)	**33.638**	**29.641**	**26.256**
Recuperação e Reutilização	1.256	363	3.287
Reciclagem	1.865	1.908	1.299
Landfarming	-	-	-
Compostagem	25.888	23.489	2.720
Incineração com recuperação de energia	-	-	-
Aterro	2.380	1.123	1.275
Incineração sem recuperação de energia	-	-	-
Armazenagem no local	685	1.470	3.451
Outros	1.565	1.288	14.224
Resíduos perigosos (t)	**627**	**801**	**1.769**
Recuperação e Reutilização	132	83	396
Reciclagem	423	564	390
Incineração com recuperação de energia	-	-	467
Incineração sem recuperação de energia	30	-	9
Aterro	36	13	309
Armazenagem no local	6	141	197
Outros	-	-	1
Total	**34.264**	**30.442**	**28.025**
kg Resíduo/t produzida	4,24	3,7	3,26
Variação % (2015-2014)		-11,89%	

Alimentos & Ingredientes

	2013	2014	2015
Resíduos não perigosos (t)	**22.807**	**15.402**	**10.227**
Recuperação e Reutilização	1.839	-	123
Reciclagem	4.560	5.189	2.206
Landfarming	4.191	2.005	-
Compostagem	9.835	5.795	5.441
Incineração com recuperação de energia	515	-	27
Aterro	1.864	1.272	1.161
Incineração sem recuperação de energia	1	-	-
Armazenagem no local	-	1.140	-
Outros	-	-	1.267
Resíduos perigosos (t)	**820**	**423**	**650**
Recuperação e Reutilização	95	78	2
Reciclagem	1	42	428
Incineração com recuperação de energia	22	-	60
Incineração sem recuperação de energia	694	15	5
Aterro	7	227	11
Armazenagem no local	-	-	12
Outros	2	61	132
Total	**23.626**	**15.825**	**10.877**
kg Resíduo/t produzida	10,31	7,43	5,69
Variação % (2015-2014)		-23,11%	

Bunge Brasil

	2013	2014	2015
Resíduos não perigosos (t)	**65.426**	**49.843**	**42.228**
Recuperação e Reutilização	4.656	422	4.522
Reciclagem	11.177	10.958	7.338
Landfarming	4.191	2.005	-
Compostagem	35.724	29.354	8.255
Incineração com recuperação de energia	515	-	-
Aterro	6.912	3.204	2.800
Incineração sem recuperação de energia	-	-	32
Armazenagem no local	685	2.610	3.449
Outros	1.565	1.291	15.832
Resíduos perigosos (t)	**2.503**	**2.149**	**3.609**
Recuperação e Reutilização	994	563	703
Reciclagem	694	710	1.156
Incineração com recuperação de energia	22	-	886
Incineração sem recuperação de energia	730	173	138
Aterro	56	360	372
Armazenagem no local	6	141	209
Outros	2	201	145
Total	**67.929**	**51.992**	**45.837**
kg Resíduo/t produzida	2,31	1,73	1,49
Variação % (2015-2014)		-13,87%	

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS POR QUALIDADE
G4-EN23

Açúcar & Bioenergia

	2013	2014	2015
Destinação sustentável	73%	79%	92%
Destinação não sustentável	27%	21%	8%

Agronegócio

	2013	2014	2015
Destinação sustentável	86%	87%	94%
Destinação não sustentável	14%	13%	6%

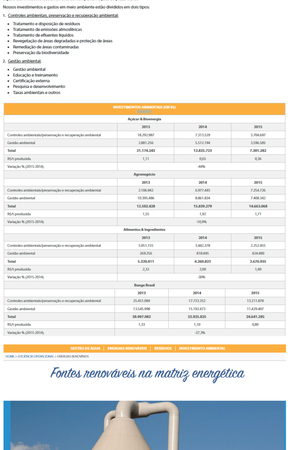
Alimentos & Ingredientes

	2013	2014	2015
Destinação sustentável	89%	83%	89%
Destinação não sustentável	11%	17%	11%

Bunge Brasil

	2013	2014	2015
Destinação sustentável	85%	85%	93%
Destinação não sustentável	15%	15%	7%

Investimento ambiental de R$ 24 milhões



Em 2015, a Bunge investiu mais de R$ 24 milhões em ações de proteção e gestão ambiental, com destaque para R$ 14 milhões aplicados nas unidades de Agronegócio. Considerando o melhoramento de rotina pela fornalha produtiva, o montante investido apresenta uma redução de 2% em relação ao último período, visto que alguns dos investimentos anteriores contemplavam ações de prazo maior.

Nossos investimentos e gastos em meio ambiente estão divididos em dois tipos:

1. Controles ambientais, preservação e recuperação ambiental
   - Tratamento e disposição de resíduos
   - Tratamento de emissões atmosféricas
   - Tratamento de efluentes líquidos
   - Recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas
   - Remediação de áreas contaminadas
   - Preservação da biodiversidade
2. Gestão ambiental
   - Gestão ambiental
   - Educação e treinamento
   - Certificação externa
   - Pesquisa e desenvolvimento
   - Taxas ambientais e outros

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS (EN 31)

Açúcar & Bioenergia			
	2013	2014	2015
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	18.292.987	7.515.529	3.164.037
Gestão ambiental	1.897.243	3.222.398	2.106.588
Total	**20.190.243**	**10.835.733**	**5.301.282**
R&D produtivo	1,11	0,61	0,26
Variação % (I-2015/I-2014)		-44%	
Agronegócio			
	2013	2014	2015
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	2.106.967	6.977.405	7.254.726
Gestão ambiental	10.395.482	8.861.836	7.498.142
Total	**12.502.428**	**15.839.279**	**14.663.868**
R&D produtivo	1,35	1,93	1,71
Variação % (I-2015/I-2014)		19,9%	
Alimentos & Ingredientes			
	2013	2014	2015
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	5.851.151	5.662.378	2.252.403
Gestão ambiental	369.256	1.655.459	11.624.807
Total	**5.220.411**	**4.268.833**	**2.676.955**
R&D produtivo	2,22	2,09	1,69
Variação % (I-2015/I-2014)		-30%	
Rouge Brasil			
	2013	2014	2015
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	25.451.084	17.153.312	13.211.878
Gestão ambiental	13.545.188	15.183.673	11.624.807
Total	**38.997.082**	**32.835.825**	**24.641.381**
R&D produtivo	1,23	1,10	0,80
Variação % (I-2015/I-2014)		-17,3%	

Fontes renováveis na matriz energética

Por ter como meta a redução das emissões de gases de efeito estufa (GEE), a Bunge Brasil investe na redução do consumo de energia em suas unidades industriais, bem como na adoção de uma matriz energética renovável. Em 2015, mantivemos 94% da nossa matriz energética composta de fontes renováveis!

O consumo de energia está diretamente relacionado à emissão de GEE, e gerenciamento de recursos naturais e combustíveis fósseis é a palavra de ordem. Dessa forma, a gestão do consumo de energia é um dos principais assuntos discutidos dentro das nossas operações.

O consumo de energia é dividido em três categorias principais de recursos:

- Caldeiras (vapor e eletricidade);
- Plantio, colheita e transporte de cana-de-açúcar para as usinas;
- Geradores de energia elétrica.

Cada uma dessas categorias possui seu desempenho para emitir esse gases, mas, focando principalmente:

- Redução do consumo de energia direta dos processos
- Aumento da energia renovável
- Otimização de uso dos equipamentos/maquinas que consomem energia elétrica, além de ações de educação da sua manutenção preventiva.

Em 2015, as fontes renováveis representaram 94% da nossa matriz energética.

Em 2015, a área de Açúcar & Bioenergia exportou ao Sistema Interligado Nacional (SIN) 570.983 MWh, 8,03% a mais que no ano de 2014. O crescimento é substancial e produzimos as necessidades domésticas de aproximadamente 300 mil residências em um ano, uma vez que a biomassa não deve ser considerada apenas como uma alternativa de redução de GEE por substituir outras fontes de origem fóssil, além de ser uma alternativa sustentável para aumentar a produção de energia elétrica com vantagens ambientais e econômicas.

Em 2014, a empresa assumiu também o compromisso de reduzir o consumo de energia por tonelada produzida, em relação ao objetivo de redução na emissão de GEE. A meta é reduzir o consumo de energia em 2%, no período de 2013 a 2016.

Em relação a 2014, houve redução de 4,74% no consumo de energia elétrica utilizada no processo produtivo, passando de 2021 para 1.926 GJ/t produzida. Isso se deve principalmente à redução do consumo de energia elétrica comprada da rede, em função do aumento da geração própria de energia elétrica. Também houve redução do consumo de energia térmica por tonelada produzida, de 5,98 para 5,69 GJ/t produzida, em função do aumento da geração de bagaço e geração de energia elétrica nas usinas de Açúcar & Bioenergia.

G4-EN6

Unidade de Jataí investe na redução do consumo de energia

Situada no Sudoeste de Goiás, na cidade de São Paulo, a unidade de Jataí é uma das mais modernas da Bunge. Com capacidade de esmagamento de 2 mil toneladas de soja por dia, a unidade conta com um sistema de refrigeração industrial, responsável pelo controle da circulação de massa de ar, temperatura, umidade e gerenciamento de vazamentos de amônia, além de um sistema de compressão de produtos.

O antigo sistema, 100% manual, operava há mais de 40 anos com 2 chillers (resfriadores). Possuía tecnologia ultrapassada e baixa eficiência.

O novo sistema, implantado em 2015, conta agora com apenas quatro unidades compressoras e capacidade de forma 100% automática. O funcionamento do sistema é modulado, ou seja, os compressores são acionados de acordo com a demanda de resfriamento dos produtores, o que de torna extremamente eficiente, do ponto de vista energético. Além disso, o sistema também conta com um sistema de automação de nível 2, 600 válvulas e 12 motores condensadores também foi substituída por equipamentos mais modernos e com alta eficiência no consumo de água, com previsão para redução de mais de 10.000 m³ hora de água.

Com um gasto maior de energia elétrica, a capacidade de esmagamento de sua unidade também aumentou. Com o sistema de refrigeração totalmente automatizado, os níveis de amoníaco, de vazamentos, de vazão e de pressão também são monitorados de forma digital e de significativamente reduzidos.

BALANÇO ENERGÉTICO DAS USINAS DE AÇÚCAR & BIOENERGIA

	2013	2014	2015
Capacidade instalada (MW)	334	337	337
Geração (MWh)	703.904	867.634	985.164
Exportação ao SIN (MWh)	522.218	527.838	570.983
Consumo	379.270	439.976	422.247

ENERGIA ELÉTRICA GERADA (MWh) / BAGAÇO QUEIMADO (t)

2013	2014	2015
0,0237	0,0237	0,0239

* Valores corrigidos devido a ajustes na metodologia de cálculo

CONSUMO INTERNO DE ENERGIA DIRETA, POR TIPO DE COMBUSTÍVEL (EN3)

Açúcar & Bioenergia			
	2013	2014	2015
Óleo diesel	2.481.417	2.378.815	2.380.759
Gás liquefeito de petróleo	-	-	4.357
Madeira ou resíduo de madeira	-	13.580	568.860
Outros combustíveis sólidos primários de biomassa	-	130.094	-
Bagaço de cana	34.813.018	40.561.161	34.138.257
Etanol	95.157	63.675	75.914
Total	**37.389.591**	**43.146.329**	**37.162.896**
GJ energia/t produzida GJ/t (EN5)	1,96	2,20	1,83
Variação % (I-2015/I-2014)		-16,8%	
% energia não renovável	7%	6%	6%
% energia renovável	93%	94%	94%
Agronegócio			
	2013	2014	2015
Óleo diesel	94.153	73.065	74.625
Gás liquefeito de petróleo	-	76	0
Madeira ou resíduo de madeira	4.180.737	4.109.678	4.656.133
Outros combustíveis sólidos primários de biomassa	2.198.125	2.681.333	3.617.136
Bagaço de cana	41.526	40.139	10.732
Total	**6.514.540**	**6.794.066**	**8.732.117**
GJ energia/t produzida GJ/t (EN5)	1,05	1,07	1,02
Variação % (I-2015/I-2014)		-4,67%	
% energia não renovável	1%	1%	1%
% energia renovável	99%	99%	99%
Alimentos & Ingredientes			
	2013	2014	2015
Gás natural líquido	585.699	559.657	589.753
Óleo de xisto	3.430	4.351	11.181
Óleo diesel	569	1.426	588
Gás liquefeito de petróleo	82.141	89.310	86.492
Madeira ou resíduo de madeira	478.483	473.437	367.089
Total	**5.103.328**	**1.077.824**	**665.243**
GJ energia/t produzida GJ/t (EN5)	0,5	0,5	0,5
Variação % (I-2015/I-2014)		1,09%	
% energia não renovável	59%	54%	69%
% energia renovável	41%	46%	31%
Rouge Brasil			
	2013	2014	2015
Gás natural líquido	585.699	559.657	589.753
Óleo de xisto	3.430	4.351	11.181
Óleo diesel	2.576.938	2.453.806	2.456.767
Gás liquefeito de petróleo	82.141	89.453	90.850
Madeira ou resíduo de madeira	4.659.220	4.585.290	4.897.687
Outros combustíveis sólidos primários de biomassa	2.198.125	2.711.427	3.617.136
Bagaço de cana	34.854.543	40.601.300	34.148.989
Etanol	95.157	63.675	75.914
Total	**47.054.261**	**53.030.659**	**46.522.619**
GJ energia/t produzida	1,6	1,77	1,53
Variação % (I-2015/I-2014)		-13,66%	
% energia não renovável	7%	6%	6%
% energia renovável	93%	94%	94%

CONSUMO INTERNO DE ENERGIA DIRETA E INDIRETA (EN3)

Açúcar & Bioenergia			
	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ)	27.787,22	25.481,25	25.656,12
GJ energia elétrica (GJ)/t produzida (UE/EE)	0,0015	0,0013	0,0013
Variação % (I-2015/I-2014)		-9%	
Agronegócio			
	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ)	1.325.347,13	1.310.648,56	1.127.610,85
GJ energia elétrica (GJ)/t produzida (UE/EE)	0,1639	0,1470	0,1315
Variação % (I-2015/I-2014)		-10,5%	
Alimentos & Ingredientes			
	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ)	600.881,89	667.754,67	691.116,71
GJ energia elétrica (GJ)/t produzida (UE/EE)	0,3023	0,2132	0,2614
Variação % (I-2015/I-2014)		15,3%	
Rouge Brasil			
	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ)	2.065.930,34	1.983.162,48	1.844.431,70
GJ energia elétrica (GJ)/t produzida (UE/EE)	0,078	0,063	0,060
Variação % (I-2015/I-2014)		-4,76%	

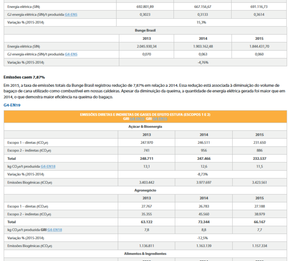
CONSUMO INTERNO DE ENERGIA DIRETA E/OU INDIRETA (EN3)

Açúcar & Bioenergia			
	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ)	27.787,22	25.481,25	25.656,12
GJ energia elétrica (GJ)/t produzida (UE/EE)	0,0015	0,0013	0,0013
Variação % (I-2015/I-2014)		0%	
Agronegócio			
	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ)	1.325.347,13	1.310.648,56	1.127.610,85
GJ energia elétrica (GJ)/t produzida (UE/EE)	0,1639	0,1470	0,1315
Variação % (I-2015/I-2014)		-10,5%	
Alimentos & Ingredientes			
	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ)	600.881,89	667.754,67	691.116,71
GJ energia elétrica (GJ)/t produzida (UE/EE)	0,3023	0,2132	0,2614
Variação % (I-2015/I-2014)		15,3%	
Rouge Brasil			
	2013	2014	2015
Energia elétrica (GJ)	2.065.930,34	1.983.162,48	1.844.431,70
GJ energia elétrica (GJ)/t produzida (UE/EE)	0,078	0,063	0,060
Variação % (I-2015/I-2014)		-4,76%	

Emissões caem 7,47%

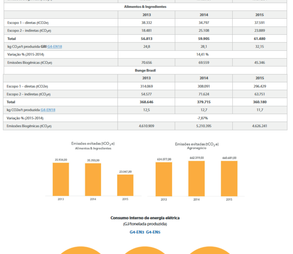
Em 2015, as emissões totais da Bunge Brasil sugeriu uma redução de 7,47% em relação a 2014. Essa redução está associada à diminuição do volume de bagaço de cana utilizado como combustível em nossas caldeiras. Apesar da diminuição da queima, a quantidade de energia elétrica gerada foi maior que em 2014, o que demonstra maior eficiência na queima de bagaço!

G4-EN16



Consumo interno de energia elétrica
da fornecedor produtiva

G4-EN3 G4-EN5



Obs.: o cálculo de intensidade energética considera o volume de produção em toneladas. Os tipos de energia incluídos na base são combustível e eletricidade, consumidos dentro da empresa.

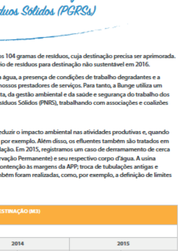
Desempenho continuamente melhorado

Em 2015, a Bunge Brasil registrou redução significativa na geração de resíduos sólidos em suas operações industriais, da ordem de 13%. Em todos os negócios, a proporção dos resíduos descartados de maneira sustentável aumentou significativamente. Esse aumento se deve ao aprimoramento e evolução dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS's) implementados nas plantas industriais, bem como ao cumprimento da meta de redução de geração de resíduos.

O gerenciamento cometo de resíduos sólidos e efluentes líquidos, com tratamento e destinação adequados e metas de redução, é essencial para diminuir o impacto nocivo à biodiversidade. A Bunge busca assegurar a destinação ambientalmente correta de seus resíduos industriais, principalmente insumos e embalagens, além de manter controles operacionais para a redução do consumo de matérias-primas. No Moinho de Santos (SP), por exemplo, o resíduo de farinha de trigo é direcionado a compostagem. Já nas usinas de Açúcar & Bioenergia, o subproduto do processo, a torta de filtro, é reutilizado na área agrícola no processo de fertilização dos canaviais. Com ações como essas, a empresa ampliou a destinação sustentável de seus resíduos industriais de 85% para 93% entre 2014 e 2015, o que equivale a 9,4% de melhoria.

Destinação de resíduos (em %)

G4-EN23



Diminuímos a geração de resíduos e, ao mesmo tempo, ampliamos a destinação sustentável desses recursos, graças aos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS's)

Entretanto, os dados mostram que a cada tonelada produzida pela Bunge são ainda gerados 104 gramas de resíduos, cuja destinação precisa ser aprimorada. Para melhorar o nosso desempenho nesse aspecto, fixamos a meta de reduzir em 5% o envio de resíduos para destinação não sustentável em 2016.

Para reduzir os principais riscos e impactos do processo, como a contaminação do solo e da água, a presença de condições de trabalho degradantes e a corresponsabilidade sobre a poluição ambiental, também controlamos o desempenho de nossos prestadores de serviços. Para tanto, a Bunge utiliza um *checklist* detalhado e auditorias que avaliam aspectos das legislações ambiental e trabalhista, da gestão ambiental e da saúde e segurança do trabalho dos fornecedores. Atuamos também em completa conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), trabalhando com associações e coalizões empresariais para buscar as melhores soluções.

Efluentes

O gerenciamento dos efluentes líquidos gerados em nossas operações tem o objetivo de reduzir o impacto ambiental nas atividades produtivas e, quando possível, reuse efluentes são reutilizados em outros processos, como ocorre com a vinhaça, por exemplo. Além disso, os efluentes também são tratados em ETEs antes de serem descartados, sempre seguindo os parâmetros estabelecidos pela legislação. Em 2015, registramos um caso de derramamento de cerca de 18 m³ de vinhaça na usina Ouroeste (SP), que impactou uma área de APP (Área de Preservação Permanente) e seu respectivo corpo d'água. A usina atendeu prontamente a esta ocorrência por meio das seguintes iniciativas: construção de contenção às margens da APP; troca de tubulações antigas e melhorias nos dispositivos de segurança; além de ações de correção, ações preventivas também foram realizadas, como, por exemplo, a definição de limites de segurança para aplicação de vinhaça.

G4-EN24

DESCARTE DE ÁGUA POR QUALIDADE E DESTINAÇÃO (M3)

G4-EN22

Açúcar & Bioenergia

	2013		2014		2015	
Destinação	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*
Águas superficiais	-	-	4.356	-	4.482	-
Infiltração no solo	-	-	345.600	-	432.700	-
Reutilização	-	19.838.317	-	23.343.734	-	21.200.854
Total	-	**19.838.317**	**349.956**	**23.343.734**	**437.182**	**21.200.854**

Agronegócio

	2013	2014	2015
Destinação	ETE/Fossa	ETE/Fossa	ETE/Fossa
Águas superficiais	869.525	1.051.466	834.913
Reutilização	190.303	190.648	325.631
Total	**1.059.828**	**1.242.104**	**1.160.544**

Alimentos & Ingredientes

	2013		2014		2015	
Destinação	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*
Águas superficiais	233.956	2.160.000	-	900.828	278.938	300.000
Infiltração no solo	-	-	-	-	9.011	-
Reutilização	-	-	130.000	-	103.990	-
Rede de esgoto	705.404	-	603.098	-	68.874	-
Total	**939.360**	**2.160.000**	**733.098**	**900.828**	**460.813**	**300.000**

Bunge Brasil

	2013		2014		2015	
Destinação	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*	ETE/Fossa	Direto do processo*
Águas superficiais	1.103.481	2.160.000	1.055.812	900.828	1.118.333	300.000
Infiltração no solo	-	-	345.600	-	441.711	-
Reutilização	190.303	19.838.317	320.648	23.343.734	429.621	21.200.854
Rede de esgoto	705.404	-	603.098	-	68.874	-
Total	**1.999.188**	**21.998.317**	**2.325.158**	**24.144.562**	**2.058.539**	**21.500.854**

*Efluentes considerado direto do processo: descarte

1. Alimentos & Ingredientes: Sistema de Criação de Áreas dos concentradores da Unidade de Araçatuba, no qual a água é captada e lançada sem alterações significativas de sua qualidade.
2. Açúcar & Bioenergia: trata-se de drenagem e de água residuária gerada no processo de fabricação do etanol, que é reutilizada no processo de fertirrigação dos canaviais.

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS POR TIPO

G4-EN23

Açúcar & Bioenergia

	2013	2014	2015
Resíduos não perigosos (t)	**8.082**	**4.800**	**5.746**
Recuperação e reutilização	1.561	59	1.112
Reciclagem	4.752	3.861	3.832
Landfarming	-	-	-
Compostagem	-	69	96
Incineração com recuperação de energia	-	-	-
Aterro	2.668	809	364
Incineração sem recuperação de energia	-	-	-
Armazenagem no local	-	-	-
Outros	-	2	342
Resíduos perigosos (t)	**1.057**	**925**	**1.190**
Recuperação e reutilização	767	402	305
Reciclagem	270	104	335
Incineração com recuperação de energia	-	-	-
Incineração sem recuperação de energia	6	158	136
Aterro	13	130	53
Armazenagem no local	-	-	-
Outros	-	141	11
Coprocessamento	-	-	360
Total	**10.038**	**5.725**	**6.936**
kg Resíduos/t produzida	6,53	0,29	0,34
Variação % (2015-2014)		17,20%	

Agronegócio

	2013	2014	2015
Resíduos não perigosos (t)	**33.428**	**26.641**	**26.256**
Recuperação e reutilização	1.256	363	3.287
Reciclagem	1.865	1.908	1.299
Landfarming	-	-	-
Compostagem	25.888	21.489	2.720
Incineração com recuperação de energia	-	-	-
Aterro	2.380	1.323	1.275
Incineração sem recuperação de energia	-	-	-
Armazenagem no local	685	1.470	3.453
Outros	1.565	1.288	14.224
Resíduos perigosos (t)	**827**	**801**	**1.760**
Recuperação e reutilização	132	83	396
Reciclagem	423	564	390
Incineração com recuperação de energia	-	-	467
Incineração sem recuperação de energia	30	-	9
Aterro	36	13	309
Armazenagem no local	6	141	197
Outros	-	-	1
Total	**34.364**	**30.442**	**28.025**
kg Resíduos/t produzida	4,24	3,7	3,26
Variação % (2015-2014)		-11,99%	

Alimentos & Ingredientes

	2013	2014	2015
Resíduos não perigosos (t)	**22.807**	**15.402**	**10.227**
Recuperação e reutilização	1.839	-	123
Reciclagem	4.560	5.189	2.206
Landfarming	4.191	2.005	-
Compostagem	9.835	5.795	5.441
Incineração com recuperação de energia	535	-	27
Aterro	1.864	1.272	1.163
Incineração sem recuperação de energia	1	-	-
Armazenagem no local	-	1.140	-
Outros	-	-	1.267
Resíduos perigosos (t)	**820**	**423**	**650**
Recuperação e reutilização	95	78	2
Reciclagem	1	42	428
Incineração com recuperação de energia	22	-	60
Incineração sem recuperação de energia	694	15	5
Aterro	7	227	11
Armazenagem no local	-	-	12
Outros	2	61	132
Total	**23.626**	**15.825**	**10.877**
kg Resíduos/t produzida	10,31	7,83	5,69
Variação % (2015-2014)		-23,31%	

Bunge Brasil

	2013	2014	2015
Resíduos não perigosos (t)	**65.426**	**46.843**	**42.228**
Recuperação e reutilização	4.656	422	4.522
Reciclagem	11.177	10.958	7.338
Landfarming	4.191	2.005	-
Compostagem	35.724	29.354	8.255
Incineração com recuperação de energia	535	-	-
Aterro	6.912	3.304	2.800
Incineração sem recuperação de energia	-	-	32
Armazenagem no local	685	2.610	3.449
Outros	1.565	1.293	15.832
Resíduos perigosos (t)	**2.503**	**2.149**	**3.609**
Recuperação e reutilização	994	563	703
Reciclagem	694	710	1.156
Incineração com recuperação de energia	22	-	886
Incineração sem recuperação de energia	730	173	138
Aterro	56	360	372
Armazenagem no local	6	141	209
Outros	2	201	145
Total	**67.929**	**51.002**	**45.837**
kg Resíduos/t produzida	2,31	1,73	1,49
Variação % (2015-2014)		-13,87%	

DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS POR QUALIDADE

G4-EN23

Açúcar & Bioenergia

	2013	2014	2015
Destinação sustentável	73%	79%	92%
Destinação não sustentável	27%	21%	8%

Agronegócio

	2013	2014	2015
Destinação sustentável	86%	87%	94%
Destinação não sustentável	14%	13%	6%

Alimentos & Ingredientes

	2013	2014	2015
Destinação sustentável	89%	83%	89%
Destinação não sustentável	11%	17%	11%

Bunge Brasil

	2013	2014	2015
Destinação sustentável	85%	85%	93%
Destinação não sustentável	15%	15%	7%

Investimento ambiental de R$ 24 milhões

Em 2015, a Bunge investiu mais de R$ 24 milhões em ações de proteção e gestão ambiental, com destaque para R$ 14 milhões aplicados nas unidades de Agronegócio. Considerando a média por tonelada produzida, o montante investido apresenta uma redução de 27% em relação ao último período, visto que alguns dos investimentos anteriores contemplavam ações de prazo maior.

Nossos investimentos e gastos em meio ambiente estão divididos em dois tipos:

1. Controles ambientais, preservação e recuperação ambiental:
   - Tratamento e disposição de resíduos
   - Tratamento de emissões atmosféricas
   - Tratamento de efluentes líquidos
   - Revegetação de áreas degradadas e proteção de áreas
   - Remediação de áreas contaminadas
   - Preservação da biodiversidade
2. Gestão ambiental:
   - Gestão ambiental
   - Educação e treinamento
   - Certificação externa
   - Pesquisa e desenvolvimento
   - Taxas ambientais e outros

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS (EM R$)
G4-EN31

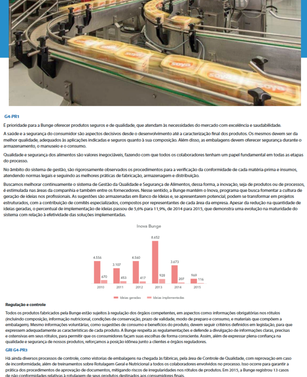
Açúcar & Bioenergia			
	2013	2014	2015
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	18.292.987	7.313.529	3.704.697
Gestão ambiental	2.881.256	5.512.194	3.596.585
Total	**21.174.243**	**12.825.723**	**7.301.282**
R$/t produzida	1,11	0,65	0,36
Variação % (2015-2014)		-44%	

Agronegócio			
	2013	2014	2015
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	2.106.942	6.977.445	7.254.726
Gestão ambiental	10.395.486	8.861.834	7.408.342
Total	**12.502.428**	**15.839.279**	**14.663.068**
R$/t produzida	1,55	1,92	1,71
Variação % (2015-2014)		-10,9%	

Alimentos & Ingredientes			
	2013	2014	2015
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	5.051.155	3.442.378	2.252.455
Gestão ambiental	269.256	818.445	424.480
Total	**5.320.411**	**4.260.823**	**2.676.935**
R$/t produzida	2,32	2,00	1,40
Variação % (2015-2014)		-30%	

Bunge Brasil			
	2013	2014	2015
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	25.451.084	17.733.352	13.211.878
Gestão ambiental	13.545.998	15.192.473	11.429.407
Total	**38.997.082**	**32.925.825**	**24.641.285**
R$/t produzida	1,33	1,10	0,80
Variação % (2015-2014)		-27,3%	

Qualidade e inovação



Regulação e controle

Todos os produtos fabricados pela Bunge estão sujeitos à regulação dos órgãos competentes, em aspectos como informações obrigatórias nos rótulos (tabela nutricional, composição, lista de ingredientes, instruções), condições de conservação, prazo de validade, modo de preparo e consumo, materiais que compõem a embalagem, Mesmo informações voluntárias, como sugestões de consumo e benefícios do produto, devem seguir critérios definidos em legislação, para que expressem a composição real do alimento e não induzam o consumidor a erro. A Bunge respeita as regulamentações e define a divulgação de informações claras, precisas e coerentes em seus rótulos, para permitir que os consumidores façam suas escolhas de forma consciente. Assim, além de expressar plena conformidade ao regulamento técnico de rotulagem, a Bunge também segue as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor.

G4-PR3 | G4-PR5

Há também diversos processos de controle, como: mistrias de embalagens no chegada to fábrica(, pela área de Controle de Qualidade, com espectroscopia em cada de incondicionalidade, além de treinamentos sobre Rotulagem Geral e Nutricional e todos os colaboradores envolvidos no processo. Isso ocorre para garantir a qualidade e a conformidade dos produtos antes de serem liberados para o consumo. Em 2014, foram lançados 473 novos produtos. Em 2015, a Bunge registrou 1.1 para de não conformidades relativas à rotulagem de seus produtos destinados aos consumidores finais.

G4-PR4

A aquisição de insumos e embalagens primárias para a área de Alimentos & Ingredientes segue também rigorosa avaliação. O fornecedor é homologado somente após uma avaliação dos seguintes critérios:

1. No primeiro etapa, a área de Suprimentos realiza pesta análise do fornecedor, investigando a capacidade produtiva, o uso de tecnologias e portfólio de clientes, além de aspectos de responsabilidade social e ambiental. Nessa etapa, também é feita uma visita técnica.

2. Na sequência, a área de Qualidade avalia requisitos relacionados à gestão da qualidade, ambiental, saúde e segurança no trabalho, além de respostas legais e reputação. Nessa etapa, também é feita uma visita técnica. Caso o fornecedor não atenda a todos os critérios, ele pode ser homologado condicionalmente, mediante a assinatura de um plano de ação para a correção das não conformidades.

3. Na última etapa, faz-avaliação técnica realizada pela área de Pesquisa e Desenvolvimento com a verificação de desempenho em escala piloto e/ou industrial.

Empacote parceiros, os contratantes são avaliados constantemente sobre a qualidade do material, e a cada dois anos é feita a re-homologação. Fornecedores considerados críticos também passam por auditorias periódicas, realizadas pela área de Qualidade. Em 2015, 100% dos fornecedores de embalagens foram homologados e passaram pelo processo para avaliar risco/risk que esta sendo e fornecedor não apresentou relação a empacote recomendamento. nos também pela capacidade de atendeer a empresa em um certo prazo. A partir da checagem, os fornecedores recebem uma graduação de risco operacional, e que apresenta ou não risco à operação.

Em 2015, a empresa homologou 35 novos parceiros comerciais, dos quais 20 (57%) verificados por check-list de auto avaliação, 7 (21%) auditados e 6 (19%) certificados eco-técnicos. Dos 273 homologados no período, em 23% foram reavaliados e re-homologados.

Gestão da Segurança Alimentar

G4-FP3

Temos o compromisso de assegurar a satisfação e a segurança alimentar dos consumidores dos nossos produtos. Com esse foco, mantemos uma criteriosa Política de Segurança de Alimentos, além de uma estrutura específica de gestão da Qualidade na área de Alimentos & Ingredientes.

Temos compromisso de assegurar a satisfação e a segurança alimentar dos consumidores dos nossos produtos. Com esse foco, mantemos uma criteriosa Política de Segurança de Alimentos, além de uma estrutura específica de gestão da Qualidade na área de Alimentos & Ingredientes.

Nossos profissionais são treinados para se manterem sempre atualizados. Nesse sentido, acompanham o desenvolvimento de pesquisas sobre alimentos em geral e sobre grãos transgênicos, no Centro Técnico Nacional de Biossegurança (CTNBio), e em outras instituições. Estudos e pareceres técnicos dessas órgãos mostram não existir nenhum risco à saúde humana ou ao meio ambiente no cultivo e consumo de grãos transgênicos aprovados no Brasil. Por isso, a Bunge considera legítima e apoia a preocupação da sociedade com a questão.

Nossos profissionais são treinados para se manterem sempre atualizados. Nesse sentido, acompanham o desenvolvimento de pesquisas sobre alimentos em geral e sobre grãos transgênicos, no Centro Técnico Nacional de Biossegurança (CTNBio), e em outras instituições. Estudos e pareceres técnicos dessas órgãos mostram não existir nenhum risco à saúde humana ou ao meio ambiente no cultivo e consumo de grãos transgênicos aprovados no Brasil. Por isso, a Bunge considera legítima e apoia a preocupação da sociedade com a questão.

A Bunge também apoia a rotulagem de produtos transgênicos. Desde 2003, a comercialização de produtos com componentes transgênicos e a determinação de percentuais que os diferenciem em concentrações acima de 1% devem ser informados no rótulo. Em 2015, a Bunge atendeu a todas as normas de rotulagem vigentes. Para atender a todas as normas de rotulagem vigentes. Para atender a todas as normas de rotulagem vigentes. Para atender

BÜNGE

FGV EAESP GVces RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE

Sumário de Conteúdo GRI G4

INDICADORES DE PERFIL			
ESTRATÉGIA E ANÁLISE			**PÁGS. (s)**
G4-1	Essencial	Apresente uma declaração do principal tomador de decisão da organização (por exemplo, diretor presidente, presidente do conselho de administração ou cargo equivalente) sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e sua estratégia de sustentabilidade.	Mensagem do Presidente
G4-2	Abrangente	Apresente uma descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades. A organização deve descrever quais destes estão relacionados com sua sobre as atividades, riscos e oportunidades. A primeira seção deve focar os principais impactos da organização sobre a sustentabilidade, bem como os efeitos significativos, inclusive os direitos previstos na legislação nacional e as normas internacionalmente reconhecidas que sejam relevantes. Nesse processo, toda a gama de expectativas e interesses razoáveis dos stakeholders da organização deve ser levada em conta.	Promoção da Agricultura Sustentável
PERFIL ORGANIZACIONAL			**PÁGS. (s)**
G4-3	Essencial	Relate o nome da organização.	Bunge Brasil
G4-4	Essencial	Relate os principais produtos, marcas e serviços.	Bunge Brasil
G4-5	Essencial	Relate a localização da sede da organização.	Bunge Brasil
G4-6	Essencial	Relate o número de países onde a organização opera e os nomes dos países onde as suas principais operações estão localizadas ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório.	Bunge Brasil
G4-7	Essencial	Relate a natureza da propriedade e a forma jurídica da organização.	Bunge Brasil
G4-8	Essencial	Relate os mercados em que a organização atua (com discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes e beneficiários).	Bunge Brasil
G4-9	Essencial	Relate o porte da organização.	Bunge Brasil
G4-10	Essencial	Relate o número total de empregados discriminados por contrato de trabalho e gênero.	Gestão de Pessoas
G4-11	Essencial	Relate o percentual do total de empregados cobertos por acordos de negociação coletiva.	Gestão de Pessoas
G4-12	Essencial	Descreva a cadeia de fornecedores da organização.	Promoção da Agricultura Sustentável
G4-13	Essencial	Relate quaisquer mudanças significativas ocorridas no decurso do período coberto pelo relatório na organização e porte, estrutura, participação acionária ou cadeia de fornecedores da organização.	Áreas de Negócio
G4-14	Essencial	Relate se e como a organização adota a abordagem ou o princípio da precaução.	Governança Corporativa
G4-15	Essencial	Liste as cartas, os princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa.	Governança Corporativa
G4-16	Essencial	Liste a participação em associações (por exemplo: associações setoriais) e organizações nacionais ou internacionais de defesa em que a organização faça parte de forma ativa.	Governança Corporativa
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES			**PÁGS. (s)**
G4-17	Essencial	Liste todas as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou os documentos equivalentes da organização (organizações como as não pelo relatório.	Nosso Relatório 2016
G4-18	Essencial	Explique o processo adotado para definir o conteúdo do relatório e os limites dos aspectos.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-19	Essencial	Liste todos os aspectos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-20	Essencial	Para cada aspecto material, relate o limite do aspecto dentro da organização.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-21	Essencial	Para cada aspecto material, relate seu limite fora da organização da seguinte maneira - Se o aspecto é limitado da organização [...]. - Se o aspecto for material fora da organização, identifique as entidades, os grupos de entidades ou os elementos para os quais o aspecto é material. Além disso, descreva a localização geográfica onde o aspecto é material para as entidades identificadas. - Qualquer limitação específica relacionada ao limite do aspecto fora da organização.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-22	Essencial	Relate o efeito de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para essas reformulações.	Nosso Relatório 2016
G4-23	Essencial	Relate alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores em Escopo e Limites do Aspecto.	Nosso Relatório 2016
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS			**PÁGS. (s)**
G4-24	Essencial	Apresente uma lista de grupos de stakeholders engajados pela organização.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-25	Essencial	Relate a base usada para a identificação e a seleção de stakeholders para engajamento.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-26	Essencial	Relate a abordagem adotada pela organização para engajar stakeholders, inclusive a frequência do seu engajamento discriminada por tipo e grupo, como uma indicação de que algum engajamento foi especificamente direcionado como parte do processo de preparação do relatório.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-27	Essencial	Relate os principais tópicos e preocupações levantadas durante o engajamento de stakeholders e as medidas adotadas pela organização para abordar esses tópicos e preocupações, inclusive no processo de relato. Relate os grupos de stakeholders que levantaram cada uma das questões e preocupações mencionadas.	Engajamento com Nossos Públicos
PERFIL DO RELATÓRIO			**PÁGS. (s)**
G4-28	Essencial	Período coberto pelo relatório (por exemplo: ano fiscal ou civil) para as informações apresentadas.	Nosso Relatório 2016
G4-29	Essencial	Data do relatório mais recente (se houver).	Nosso Relatório 2016
G4-30	Essencial	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal etc.).	Nosso Relatório 2016
G4-31	Essencial	Informe o ponto de contato para perguntas sobre o relatório ou seu conteúdo.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-32	Essencial	Relate a opção de acordo pessencial ou abrangentes escolhida pela organização.	Nosso Relatório 2016
G4-33	Essencial	Relate a política e a prática correntes adotadas para organização para submeter o relatório a uma verificação externa.	Nosso Relatório 2016
GOVERNANÇA			**PÁGS. (s)**
G4-34	Essencial	Relate a estrutura de governança da organização, incluindo os comitês do mais alto órgão de governança. Identifique quaisquer comitês responsáveis pelo assessoramento do conselho na tomada de decisões que envolvam impactos econômicos, ambientais e sociais.	Governança Corporativa
G4-35	Abrangente	Relate o processo usado para a delegação de autoridade sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais pelo mais alto órgão de governança para executivos seniores e outros empregados.	Governança Corporativa
G4-36	Abrangente	Relate se a organização designou um ou mais cargos e funções de nível executivo como responsáveis pelos tópicos econômicos, ambientais e sociais e se esses responsáveis se reportam diretamente ao mais alto órgão de governança.	Governança Corporativa
G4-37	Abrangente	Relate os processos de consulta usados entre os stakeholders e o mais alto órgão de governança em relação a tópicos econômicos, ambientais e sociais. Se a consulta for delegada a outros órgãos, estruturas ou pessoas, indique a quem e quaisquer processos existentes de feedback para o mais alto órgão de governança.	Governança Corporativa
G4-38	Abrangente	Relate a composição do mais alto órgão de governança e dos seus comitês.	Governança Corporativa
G4-39	Abrangente	Relate se o presidente do mais alto órgão de governança é também um diretor-executivo e, nesse caso, sua função no âmbito da organização e as razões para esse arranjo.	Governança Corporativa
G4-40	Abrangente	Relate os processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governança e seus comitês, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governança.	Governança Corporativa
G4-41	Abrangente	Relate os processos usados pelo mais alto órgão de governança para garantir a prevenção e a administração de conflitos de interesse. Relate se conflitos de interesse são divulgados aos stakeholders.	Governança Corporativa
G4-42	Abrangente	Relate os papéis desempenhados pelo mais alto órgão de governança e pelos executivos seniores no desenvolvimento, na aprovação e na atualização da missão, visão e valores e na definição de estratégias, políticas e metas relacionadas a impactos econômicos, ambientais e sociais da organização.	Governança Corporativa
G4-43	Abrangente	Relate as medidas tomadas para desenvolver e aprimorar o conhecimento do mais alto órgão de governança sobre tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Governança Corporativa
G4-44	Abrangente	Relate os processos de avaliação do desempenho do mais alto órgão de governança no que diz respeito à governança de tópicos econômicos, ambientais e sociais. Relate se essa avaliação é independente ou qual a sua periodicidade. Relate se é realizada, feitas as medidas em caso autoavaliação.	Governança Corporativa
G4-45	Abrangente	Relate o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança no desenho e gestão de riscos, bem como na aprovação dos processos de questões econômicas, ambientais e sociais. Menciona o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na identificação de processos de due diligence.	Governança Corporativa
G4-46	Abrangente	Relate o papel desempenhado pelo mais alto órgão de governança na análise da eficácia dos processos de gestão de risco da organização para tópicos econômicos, ambientais e sociais.	Governança Corporativa
G4-47	Abrangente	Relate com que frequência o mais alto órgão de governança analisa impactos, riscos e oportunidades derivados de questões econômicas, ambientais e sociais.	Governança Corporativa
G4-48	Abrangente	Relate o órgão ou o cargo de mais alto nível que analisa e aprova formalmente o relatório de sustentabilidade da organização e garante que todos os aspectos materiais sejam abordados.	Governança Corporativa
G4-49	Abrangente	Relate o processo adotado para comunicar preocupações críticas ao mais alto órgão de governança.	Governança Corporativa
G4-50	Abrangente	Relate a natureza e o número total de preocupações críticas comunicadas ao mais alto órgão de governança e os(s) mecanismo(s) adotado(s) para solucioná-las e resolvê-las.	Governança Corporativa
G4-51	Abrangente	Relate as políticas de remuneração aplicadas ao mais alto órgão de governança e a executivos seniores para os seguintes tipos de remuneração: - Salário fixo e remuneração variável - Remuneração baseada no desempenho - Remuneração baseada em ações (ações ordinárias, opções de ações e direitos à valorização de ações) - Bônus de assinatura - Pagamentos de rescisões ao executivo - Aposentadoria de membros do mesclado - Dividendo - Benefícios de aposentadoria, inclusive a diferença entre plano de benefícios e taxas de contribuições para o mais alto órgão de governança, executivos e todos os demais empregados Relate como os critérios de desempenho da política de remuneração aplicam-se ao desempenho do mais alto órgão de governança e executivos seniores em relação a metas econômicas, ambientais e sociais.	Gestão de Pessoas
G4-52	Abrangente	Relate o processo adotado para a determinação da remuneração. Relate se consultores de remuneração são envolvidos na determinação de remunerações e se eles são independentes da administração. Relate quaisquer outros vínculos entre os consultores de remuneração e a organização.	Gestão de Pessoas
G4-53	Abrangente	Relate como opiniões dos stakeholders são solicitadas e levadas em conta em relação à questão da remuneração, incluindo os resultados de votações sobre políticas e propostas de remuneração, se aplicável.	Gestão de Pessoas
G4-54	Abrangente	Relate a proporção entre a remuneração anual total do indivíduo mais bem pago da organização em cada país onde a organização tenha operações significativas e a remuneração média anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) no país.	Gestão de Pessoas
G4-55	Abrangente	Relate a proporção entre o aumento percentual da remuneração total anual do indivíduo mais bem pago da organização em cada país onde a organização tenha operações significativas e o aumento percentual médio da remuneração anual total de todos os empregados (excluindo o mais bem pago) no mesmo país.	Gestão de Pessoas
ÉTICA E INTEGRIDADE			**PÁGS. (s)**
G4-56	Essencial	Descreva os valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização, como código de conduta e de ética.	Governança Corporativa
G4-57	Abrangente	Relate os mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientação sobre comportamento ético e ele e também a conformidade com legislação, como canais de relacionamento que exemplo ouvidoria.	Governança Corporativa
G4-58	Abrangente	Relate os mecanismos internos e externos adotados pela organização para comunicar preocupações em torno de comportamento não-ético ou em conformidade com legislação, como canais de relacionamento que exemplo ouvidoria.	Governança Corporativa

CATEGORIA: ECONÔMICO		
ASPECTO: DESEMPENHO ECONÔMICO		**PÁGS. (s)**
G4-EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído.	Bunge Brasil
G4-EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização em decorrência de mudanças climáticas.	Mudanças Climáticas
G4-EC3	Cobertura das obrigações previstas no plano de pensão de benefício definido da organização.	Gestão de Pessoas
ASPECTO: PRESENÇA NO MERCADO		**PÁGS. (s)**
G4-EC5	Variação da proporção do salário-mais baixo, discriminado por gênero, comparado ao salário-mínimo local em unidades operacionais importantes.	Gestão de Pessoas

CATEGORIA: AMBIENTAL		
ASPECTO: ENERGIA		**PÁGS. (s)**
G4-EN3	Consumo de energia dentro da organização.	Energias Renováveis
G4-EN5	Intensidade energética.	Energias Renováveis
G4-EN6	Redução do consumo de energia.	Energias Renováveis
ASPECTO: ÁGUA		**PÁGS. (s)**
G4-EN8	Total de retirada de água por fonte.	Gestão de Água
G4-EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	Gestão de Água
G4-EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	Gestão de Água
ASPECTO: EMISSÕES		**PÁGS. (s)**
G4-EN15	Emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE) (escopo 1).	Energias Renováveis
G4-EN16	Emissões indiretas de gases de efeito estufa (GEE) provenientes da aquisição de energia (escopo 2).	Energias Renováveis
G4-EN18	Intensidade de emissões de gases de efeito estufa (GEE).	Energias Renováveis
G4-EN19	Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).	Energias Renováveis
ASPECTO: EFLUENTES E RESÍDUOS		**PÁGS. (s)**
G4-EN23	Descarte total de água discriminado por qualidade e destinação.	Resíduos
G4-EN23	Peso total de resíduos discriminado por tipo e método de disposição.	Resíduos
G4-EN24	Número total e volume de vazamentos significativos.	Resíduos
ASPECTO: GERAL		**PÁGS. (s)**
G4-EN31	Total de investimentos e gastos com proteção ambiental discriminado por tipo.	Investimento Ambiental
ASPECTO: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES		**PÁGS. (s)**
G4-EN32	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais.	Promoção da Agricultura Sustentável
G4-EN33	Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	Promoção da Agricultura Sustentável

CATEGORIA: PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE		
ASPECTO: EMPREGO		**PÁGS. (s)**
G4-LA1	Número total e taxas de novas contratações de empregados e rotatividade por faixa etária, gênero e região.	Gestão de Pessoas
G4-LA3	Taxas de retorno ao trabalho e retenção após licença-maternidade/paternidade discriminadas por gênero.	Gestão de Pessoas
ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO		**PÁGS. (s)**
G4-LA5	Percentual da força de trabalho representada em comitês formais de saúde e segurança, compostos por administração e empregados, e que ajudam a monitorar e orientar programas de saúde e segurança no trabalho.	Gestão de Pessoas
G4-LA6	Tipos e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número de óbitos relacionados ao trabalho discriminados por região e gênero.	Gestão de Pessoas
G4-LA7	Empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação.	Gestão de Pessoas
G4-LA8	Tópicos relativos a saúde e segurança cobertos por acordos formais com sindicatos.	Gestão de Pessoas
ASPECTO: TREINAMENTO E EDUCAÇÃO		**PÁGS. (s)**
G4-LA9	Número médio de horas de treinamento por ano, por empregado, discriminado por gênero e categoria funcional.	Gestão de Pessoas
G4-LA10	Programas de gestão de competências e aprendizagem contínua que contribuem para a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para o gerenciamento de aposentadoria.	Gestão de Pessoas
G4-LA11	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira discriminado por gênero e categoria funcional.	Gestão de Pessoas
ASPECTO: AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM PRÁTICAS TRABALHISTAS		**PÁGS. (s)**
G4-LA14	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relativos a práticas trabalhistas.	Promoção da Agricultura Sustentável
G4-LA15	Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	Promoção da Agricultura Sustentável

CATEGORIA: DIREITOS HUMANOS		
ASPECTO: INVESTIMENTOS		**PÁGS. (s)**
G4-HR1	Número total e percentual de acordos e contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas de direitos humanos ou que foram submetidos à avaliação referente a direitos humanos.	Promoção da Agricultura Sustentável
ASPECTO: TRABALHO INFANTIL		**PÁGS. (s)**
G4-HR5	Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil e medidas tomadas para contribuir para a efetiva erradicação do trabalho infantil.	Governança Corporativa
ASPECTO: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO		**PÁGS. (s)**
G4-HR6	Operações e fornecedores identificados como de risco significativo para a ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e medidas para contribuir para a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Governança Corporativa
ASPECTO: AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM DIREITOS HUMANOS		**PÁGS. (s)**
G4-HR10	Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios relacionados a direitos humanos.	Promoção da Agricultura Sustentável
G4-HR11	Impactos negativos significativos reais e potenciais em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito.	Promoção da Agricultura Sustentável
ASPECTO: MECANISMOS DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES RELACIONADAS A DIREITOS HUMANOS		**PÁGS. (s)**
G4-HR12	Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos em direitos humanos registradas, tratadas e solucionadas por meio de mecanismo formal.	Promoção da Agricultura Sustentável

CATEGORIA: SOCIEDADE		
ASPECTO: COMUNIDADES LOCAIS		**PÁGS. (s)**
G4-SO1	Percentual de operações com programas implementados de engajamento da comunidade local, avaliações de impactos e desenvolvimento local.	Engajamento com Nossos Públicos
G4-SO2	Operações com impactos negativos significativos reais e potenciais nas comunidades locais.	Engajamento com Nossos Públicos
ASPECTO: COMBATE À CORRUPÇÃO		**PÁGS. (s)**
G4-SO3	Número total e percentual de operações submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção e os riscos significativos identificados.	Governança Corporativa
G4-SO4	Comunicação e treinamentos em políticas e procedimentos de combate a corrupção.	Governança Corporativa
G4-SO5	Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas.	Governança Corporativa
ASPECTO: POLÍTICAS PÚBLICAS		**PÁGS. (s)**
G4-SO6	Valor total de contribuições financeiras para políticos e partidos políticos e discriminado por destinatário/beneficiário.	Engajamento com Nossos Públicos

CATEGORIA: RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO		
ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE		**PÁGS. (s)**
G4-PR1	Percentual das categorias de produtos e serviços significativos para os quais são avaliados impactos na saúde e na segurança a fim de buscar melhorias.	Gestão de Produtos
G4-PR2	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos causados pelos produtos e serviços na saúde e na segurança durante seu ciclo de vida discriminado por tipo de resultado.	Segurança de Alimentos e Saúde do Consumidor
ASPECTO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS		**PÁGS. (s)**
G4-PR3	Tipo de informações sobre produtos e serviços exigidas pelos procedimentos da organização e porcentagem e informações e rotulagem de produtos e serviços e percentual de categorias significativas sujeitas a essas exigências.	Gestão de Produtos
G4-PR4	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a informações e rotulagem de produtos e serviços discriminado por tipo de resultados.	Gestão de Produtos
G4-PR5	Resultados de pesquisas de satisfação do cliente.	Conformidade
ASPECTO: COMUNICAÇÕES DE MARKETING		**PÁGS. (s)**
G4-PR7	Número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminado por tipo de resultados.	Conformidade
ASPECTO: CONFORMIDADE		**PÁGS. (s)**
G4-PR9	Valor monetário de multas significativas por não conformidade com leis e regulamentos relativos a fornecimento e uso de produtos e serviços.	Conformidade

CATEGORIA: SETOR DE ALIMENTOS		
ASPECTO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE		**PÁGS. (s)**
G4-FP1	Porcentagem do volume adquirido de fornecedores que cumprem a política de compra da empresa.	Promoção da Agricultura Sustentável
G4-FP2	Percentual do volume adquirido que comprovadamente está de acordo com normas de produção certificadas, responsáveis e reconhecidas internacionalmente, discriminado por tipo.	Mudanças Climáticas
G4-FP4	Natureza, abrangência e eficácia dos programas e das práticas colaborações em iniciativas voluntárias, iniciativas voluntárias, transferência de conhecimento, parcerias e desenvolvimento de produtos) que promovem acesso a estilos de vida saudáveis, à prevenção de doenças crônicas, ao acesso a alimentos saudáveis, nutritivos e acessíveis e à previdência social com maior qualidade para consumidores vulneráveis.	Saudabilidade
G4-FP5	Percentual do volume de produtos fabricados em locais certificados por terceiros independentes, de acordo com sistema de normas de gestão de segurança alimentar, internacionalmente reconhecidos.	Segurança de Alimentos e Saúde Do Consumidor
G4-FP6	Percentual do volume total de vendas de produtos de consumo, por categoria de produto, com quantidade reduzida de gorduras saturadas, gorduras trans, sódio e açúcares adicionados.	Saudabilidade
G4-FP7	Percentual do volume total de vendas de produtos de consumo, por categoria de produto, com maior quantidade de ingredientes nutritivos benéficos como fibras, vitaminas, minerais, fitoquímicos e additivos alimentares funcionais.	Saudabilidade